

Acção Socialista

Nº 1214 - 24 Fevereiro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



CONSTRUIR A VITÓRIA NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS



A Convenção Nacional do próximo dia 28 é mais um grande momento de afirmação do ideal europeu do PS e marca o arranque para um novo ciclo de vitórias, a começar já nas eleições para o Parlamento Europeu de 13 de Junho. Aberta a todos os militantes, a Convenção

Nacional de sexta-feira vai discutir e aprovar o documento de orientação estratégica que servirá de base à campanha para as europeias. Na preparação da Convenção, na sexta-feira à noite, terão lugar três debates temáticos sobre Portugal no contexto da Europa do futuro. **3**

ENTREVISTA



Guilherme d'Oliveira Martins: Genuinamente europeístas **12**

DÉFICE

Durão insulta inteligência dos portugueses **3**

AUDIÇÃO PÚBLICA

Descentralização do Governo é regionalização encapotada **7**

LIBERDADE E CIDADANIA

Recém-criado clube de política defende novo contrato social **8**

Tempo de Antena

O PS com a Europa em todos os grandes momentos

RTP1, sexta-feira, 27 de Fevereiro às 19.50h

OS PEC'S, OS CONSENSOS E O PS

A política económica tem sido o mote, nos últimos tempos, dos maiores exercícios de demagogia.

A confusão entre termos como o "Pacto de Estabilidade e Crescimento" (conhecido por "PEC") e o "Programa de Estabilidade e Crescimento" (que também é "PEC"), foi combinada com objectivos opacos como o de gerar "consensos nacionais", de forma a atingir objectivos políticos que, felizmente, saíram frustrados.

Interessa perceber-se de que é que estamos a falar, de uma forma sumária revisitemos o conteúdo de cada um dos conceitos e vejamos qual a posição do PS:

1. O PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

Um país excessivamente endividado (tal como uma família) torna-se pouco fiável afectando, nomeadamente, a credibilidade da sua moeda. Se os países decidem substituir as moedas nacionais por uma moeda comum (o euro) é essencial que essa preocupação seja assumida pelos diversos países integrantes da zona (euro). Esta preocupação, no caso da União Europeia foi, como é natural, particularmente sentida pela moeda mais forte, a moeda alemã; assim, é sobretudo pelo impulso germânico que o Tratado da União Europeia (art. 104) adopta a proibição de défices excessivos e que, em 1997, são aprovados dois regulamentos (nº 1466/97 e 1467/97) sobre a estabilidade orçamental dos países. Estes dois regulamentos ficaram conhecidos por "Pacto de Estabilidade e Crescimento".

Tal como Sousa Franco (o então ministro das Finanças de Portugal que acompanhou pessoalmente todo o processo) tem vindo a afirmar com toda a clareza, o "Pacto" tem sido interpretado de uma forma tão rígida e excessiva que foi desvirtuado e se transformou num instrumento "estúpido" (a famosa expressão do Presidente da Comissão, Romano Prodi).

As insuficiências deste "Pacto", com valores fixados de forma relativamente arbitrária e uniforme para diferente épocas e países, estrangulando a capacidade de os governos responderem às situações cíclicas de abrandamento da economia, não distinguindo entre despesas correntes e despesa de investimento (consequentemente prejudicando mais os países que mais precisam de investir), permitindo e estimulando todas as formas de "contabilidade criativa", valorizando o défice anual em detrimento

da dívida global do país, etc. levaram a Comissão, após a França e a Alemanha terem declarado formalmente que não o cumpririam, a iniciar um processo de revisão que, (a partir da reunião do ECOFIN de 25 de Novembro de 2003), foi formalmente iniciado a 13 de Janeiro de 2004 e está, neste momento, em curso.

2. Portugal e o outro PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

Cada país tem de apresentar à União Europeia um documento detalhado (numa base plurianual de três anos) sobre o modo como se propõe cumprir as recomendações do "Pacto". Esse documento é o "Programa de Estabilidade e Crescimento" (o outro PEC) que, desde a introdução do euro em 1 de Janeiro de 1999, foi apresentado à Comissão Europeia e é anualmente revisto.

Se o Pacto se transformou num instrumento "estúpido" pelo modo como foi interpretado, Portugal, com o actual Governo, exagerou na dose!

O actual Governo começou por chamar uma comissão chefiada pelo governador do Banco de Portugal para recalcular o défice de 2001! Ora tal exercício só seria aceitável se, nos outros países membros, também os défices calculados pelos Institutos Nacionais de Estatística (adoptados pelo Eurostat) tivessem sido recalculados pelos respectivos Bancos Centrais, coisa que está longe de acontecer em qualquer deles! Criou-se assim uma situação altamente desconfortável para Portugal pela singularidade dos números atingidos no contexto da União Europeia.

Entretanto, a agressividade e violência do discurso dramático do novo Governo em torno do défice a da situação do País, iam reduzindo as expectativas dos consumidores e empresários de tal modo que ambas atingiram o mínimo histórico de que há registo em Portugal.

Sendo muito importante melhorar a qualidade da despesa pública e limitar o seu crescimento, tal só é possível através de alterações de fundo que demoram anos a produzir resultados. No imediato, a estratégia seguida, entre muitas outras consequências nefastas, reduziu o consumo interno de forma abrupta, num quadro em que o abrandamento da economia internacional também não favorece as exportações; a ausência de oportunidades de negócio, agravada por um discurso político catastrófico, assustou os investidores que se retraíram; a quebra de investimento agravou uma onda de

desemprego já instalado devido à fragilização das empresas (e posteriores falências) e ao receio, por parte dos empresários, de assumir encargos com novas contratações.

Sendo o défice uma diferença entre receitas e despesas do Estado, enquanto as despesas ficaram mais ou menos ao mesmo nível, as receitas dos impostos baixaram violentamente; o objectivo de cumprir o défice passou a ser conseguido através de medidas extraordinárias e de grandes cortes no investimento público, o que agravou ainda mais a recessão. Está criado o círculo vicioso sem saída à vista!

3. O enquadramento da posição do Partido Socialista

A discordância do Partido Socialista relativamente a esta estratégia tem sido claríssima desde a apresentação do Programa de Governo e do Orçamento Rectificativo (ainda em 2001).

Infelizmente para Portugal, os falhanços sucessivos da política económica não levaram o Governo a reconsiderar as suas opções. Pelo contrário, como é típico dos obcecados, a falta de sucesso é atribuída à insuficiência da dose e não ao erro na medicação.

E é assim que Portugal, neste momento, atravessa, segundo insuspeitos economistas, "a maior crise económica dos últimos cinquenta anos":

Estamos há cinco trimestres seguidos a empobrecer, durante pelo menos cinco anos estaremos a crescer menos do que a União Europeia (isto é, a ficar comparativamente mais pobres), a taxa de desemprego cresce a um ritmo quase cinco vezes superior à da União Europeia e o défice (sem as medidas extraordinárias) ultrapassa os 5 por cento do PIB. Pior era quase impossível!

É urgente que o Governo inverta esta política! Nesse sentido, há precisamente um ano, quando foi debatido o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2003-2006, o Partido Socialista participou activamente num consenso parlamentar (a Resolução da Assembleia da República nº 7/2003 de 19 de Janeiro) que procurava introduzir elementos de correcção de política! Através dessa resolução o Governo obrigava-se, entre outros aspectos, a passar a dar prioridade ao crescimento económico, ao emprego, ao investimento estratégico, ao combate à fraude e evasão fiscal, à qualidade dos serviços públicos, etc.

Um ano decorrido, constata-se não só que o Governo fez total tábua-rasa dessa resolução como, quando chegou a altura

de avaliar e rever o Programa (agora o para 2004 – 2007), o Governo alterou a metodologia anterior: ignorou a oposição e formalizou o seu envio para Bruxelas (em Dezembro de 2003), remetendo-o para mero "conhecimento" ao Parlamento.

4. Os "consensos"

A situação do País é tão grave que alguns objectivos centrais deverão ser objecto de entendimentos interpartidários que garantam a continuidade de algumas opções independentemente da alternância democrática. Falamos de alguns objectivos (não de todos), nem do método para os atingir, porque aí se materializa um dos elementos de diferença partidária! Entre eles figura a da consolidação das finanças públicas de forma estrutural. É neste sentido que se interpreta a mensagem endereçada à Assembleia, a 14 de Janeiro, pelo Presidente da República.

Na sequência desse apelo, o secretário-geral do PS através de uma declaração política (28 de Janeiro de 2004) anunciou a resposta do Partido Socialista: na mesma data foi apresentado um projecto de resolução (nº 211/IX) do PS.

Nessa proposta de resolução, o Partido Socialista não só apresenta as linhas fundamentais que Portugal deverá defender no processo (em curso) de Revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento como avança com um pacote de medidas legislativas de carácter nacional conducentes ao aumento da transparência e credibilidade nas contas públicas, à contenção plurianual da despesa pública, e à racionalização e clarificação do processo orçamental.

Por estranho que pareça, perante a iniciativa construtiva do PS, o Governo insistiu que a única matéria sobre a qual interessava haver consenso era o texto do Programa de Estabilidade e Crescimento que, para além de não inverter em nada o descalabro em curso no País, já estava, como se disse, em apreciação em Bruxelas, sendo possíveis apenas alterações de pormenor.

A posição do Governo foi de tal modo absurda que o debate agendado pela maioria no passado dia 4 de Fevereiro fica para os anais como dos mais "surrealistas" a que assistimos: a maioria apresentou uma proposta de resolução laudatória do Programa de Estabilidade e Crescimento (projecto de resolução nº 213/IX) – a qual nunca poderia merecer qualquer consenso pelos motivos apresentados. A ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, no seu discurso propôs que o "consenso" fosse



ELISA FERREIRA

afinal sobre uma série de outros temas, meramente enunciados verbalmente; para essa proposta poder ser apreciada, o plenário foi interrompido e a ministra escreveu, pelo seu punho, a lista de temas, requerendo a sua votação no dia seguinte (dia 5). No dia seguinte o conteúdo da proposta manuscrita já estava alterado (proposta de substituição do projecto de resolução nº 213/IX), mas continuou a figurar para "consenso", no ponto 2, o "apoio ao Programa de Estabilidade e Crescimento", o que justificou, como era sabido deste o princípio, o voto contra do PS!

5. Conclusão

Como partido responsável que se propõe assumir rapidamente os destinos do País, o PS continua a trabalhar em propostas sérias que permitam atacar os verdadeiros problemas nacionais.

No entanto, o presente episódio não deixa margem para dúvidas nem acerca da incompetência e falta de profissionalismo do Governo em matéria de tanta responsabilidade nem sobre o verdadeiro motivo de tamanha ânsia de "consenso".

O Governo tem usado a sua maioria absoluta para desprezar todas as hipóteses de consenso em matérias estruturais como a reforma da administração pública, a "reforma" da saúde, a desorganização territorial, a alteração da legislação laboral, a fiscalidade, entre outras.

A presente ânsia de consenso só pode, pois, significar, em primeiro lugar, pânico e desnoite; em segundo lugar, o interesse em, através do "consenso", tentar demonstrar que, perante o descalabro económico e social, não havia alternativa às políticas adoptadas; elas deixariam de ser uma opção pela qual o Governo tem de ser julgado para passar a ser uma inevitabilidade, reconhecida explicitamente pelo maior partido da oposição!

É este o verdadeiro sentido do "consenso" que o PS muito justamente recusou!

CARNAVAL, DESEMPREGO E SUAS RAINHAS

ANTOONIO COLAÇO

- Então, Paulo, estás a divertir-te com o disfarce que te arranjei?!
- Fica sabendo Zé Manel que é a última vez que me enganas com convites para desfiles destes e para celebrares retomas que só existem na tua cabeça!
- Paulo, eu sei que a retoma vem lá, não sei é quando!!!



CONVENÇÃO NACIONAL EUROPA 2004



Aberta a todos os militantes, e como é do conhecimento geral, realiza-se no próximo sábado, dia 28 de Fevereiro, a Convenção Nacional do PS, que terá lugar na antiga FIL, hoje Centro de Congressos de Lisboa.

Neste encontro, cerca de 1500 delegados vão decidir a estratégia do PS para as eleições europeias, segundo declarou o porta-voz socialista, Vieira da Silva.

"A Convenção Nacional não é um congresso, mas um encontro das estruturas organizativas do partido", explicou, adiantando que, além dos dirigentes dos vários órgãos do PS, cada secção vai nomear, "da forma como entender", um delegado ao encontro. Os deputados nacionais e europeus do PS, presidentes das federações e concelhias socialistas e dirigentes das estruturas nacionais do partido – secretariado, comissão política e comissão política nacional, constituirão os delegados com direito a voto. Os delegados ao encontro irão discutir e votar o documento de orientação estratégica que servirá de base à campanha para as eleições europeias de 13 de Junho,

mas não tomarão qualquer decisão quanto à lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu, que será decidida em Março, na primeira reunião da Comissão Política após a Convenção.

Os dois momentos altos da Convenção Nacional de sábado são a abertura, às 10 horas, que está a cargo de Mário Soares, e o encerramento, previsto para as 19 e 30, que será feito por Ferro Rodrigues.

Ao longo do dia suceder-se-ão as intervenções, havendo lugar a um intervalo para almoço entre as 13 e 30 e as 15 horas. Do programa da Convenção consta também um conjunto de **conferências temáticas, as quais decorrerão em simultâneo, no dia anterior, sexta-feira, 27 de Fevereiro**, a partir das 21 horas, também no Centro de Congressos de Lisboa.

Para estes encontros, os temas escolhidos foram os seguintes: **"A construção europeia e o futuro da Europa"**, **"Portugal e a estratégia de Lisboa"** e **"A política externa e o papel da União Europeia no mundo"**.

Serão oradores da primeira conferência **Alberto Costa, Guilherme d'Oliveira Martins e Ana Maria Martins.** O

painel seguinte é constituído por **Luís Nazaré, Maria João Rodrigues, Elisa Ferreira e Helena André.** No que ao último encontro diz respeito, os oradores são **Ana Gomes, Jaime Gama, João Gomes Cravinho e Medeiros Ferreira.** Entretanto, nos corredores do Centro de Congressos estará patente a exposição comemorativa dos 30 anos do PS.

Pede-se a todos os militantes que tragam consigo o respectivo cartão a fim de facilitar a credenciação e a entrada no recinto.

Dois anos a divergir da União Europeia

Com o objectivo de avaliar as promessas não cumpridas pelo Governo, nas vertentes sectorial e distrital, o PS imediatamente a seguir à Convenção Nacional sobre a Europa avançará para o terreno com uma campanha de *outdoors* e com debates por todo o País.

Entretanto, está marcada para quinta-feira, dia 4 de Março, uma reunião da Comissão Política onde deverá ser aprovada a lista de candidatos socialistas ao Parlamento Europeu.

30 ANOS DE PS 30 ANOS DE DEMOCRACIA

A história do PS confunde-se com a história da democracia em Portugal. Este o tema central da exposição dos 30 anos do PS e que parte da ideia-chave de que um partido sem memória é um partido sem futuro. A exposição estará patente na sede nacional do Largo do Rato a partir da próxima segunda-feira até ao 25 de Abril, mas a sua primeira apresentação pública será feita já na Convenção Nacional deste sábado. A exposição visa também trazer os militantes à sede nacional, "pois muitos deles nunca tiveram a oportunidade de visitar o Largo do Rato", conforme declarou ao "Acção Socialista" Pedro Adão e Silva.

Dividida por 12 painéis de 2 metros por 85 cm, com uma forte componente gráfica, abundantemente ilustrada por mais de 200 fotografias representativas de todos os grandes momentos do partido e de muitos dos seus protagonistas, a exposição está aberta, das 9 às 19 horas, a militantes individuais, a grupos de militantes, ou a escolas, que podem solicitar uma visita guiada à sede nacional, devendo para o efeito contactar o Gabinete de Divulgação e Comunicação (telefone nº 21.3822003).

Não sendo cronológica, antes obedecendo a uma lógica temática, os painéis conduzem-nos, na mesma, através da história do nosso partido, desde a sua fundação até aos dias de hoje.

Os antecedentes ideológicos do PS, desde Antero de Quental, passando pela I República, até ao tempo da oposição democrática estão representados no primeiro painel, ao qual se segue um outro evocativo da liberdade e do 25 de Abril. A opção pela democracia contra todos os totalitarismos, sejam eles de esquerda ou de direita é o tema de um terceiro painel, enquanto o quarto destaca sobretudo a liberdade de associação e o papel do sindicalismo livre na história da democracia e do PS. A cidadania, com as suas várias dimensões: igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, igualdade de género, a participação das mulheres na vida política e o combate ao racismo e à xenofobia, constituem o objecto temático de outro painel. Já a ligação do PS à Europa – em todos os seus grandes momentos – e a defesa de uma nova ordem internacional baseada no Direito, vêm retratadas num outro quadro. A matéria do desenvolvimento, em particular o PS visto como o partido do desenvolvimento regional e o papel do poder local foram remetidos para mais um quadro. Finalmente, haverá também um painel dedicado ao futuro cuja ideia central se exprime na frase "somos um partido de respostas modernas e de futuro", como também nos disse Pedro Adão e Silva, o membro do Secretariado Nacional responsável pela iniciativa. Haverá ainda um outro com as fotografias de todos os secretários-gerais, presidentes do partido, líderes do grupo parlamentar, presidentes da Assembleia da República, bem como uma foto dos membros do actual Secretariado Nacional. Suplementarmente, a exposição contempla também um painel que conta a própria história da sede do Largo do Rato.



DÉFICE

INTELIGÊNCIA DOS PORTUGUESES INSULTADA POR DURÃO BARROSO

Esperava-se a "necessária e urgente remodelação do Governo", mas Durão Barroso preferiu aproveitar o tempo de antena dos telejornais para "desrespeitar a inteligência dos portugueses" ao anunciar que o défice orçamental foi de 2,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003. Foi assim que Ferro Rodrigues reagiu, em conferência de Imprensa no Largo do Rato, à "publicidade enganosa" do primeiro-ministro que, horas antes, num ambiente de pompa e circunstância, anunciou números que pecam pela desonestidade e falta de rigor.

Por isso, o secretário-geral do PS qualificou de "espectáculo deplorável" a mensagem de Durão Barroso ao País.

"Todos sabem que o défice apresentado em Bruxelas só não foi de cerca de cinco por cento devido à utilização de receitas extraordinárias irrepetíveis", afirmou, denunciando mais uma vez as "manigâncias sucessivas" em matéria orçamental que o Executivo de direita tem recorrido, sustentando por outro lado que "com as habilidades que este Governo agora utiliza, o défice de 2001 teria sido inferior a 2,5 por cento".

Ferro enfatizou que 2003 foi "um ano péssimo para a esmagadora maioria dos portugueses", destacando o aumento do desemprego e as "fortes perdas de poder de compra dos trabalhadores".

Face ao optimismo injustificado do primeiro-ministro, o líder socialista considerou que "a auto-satisfação do dr. Durão Barroso vem por água abaixo quando todos os dias as famílias portuguesas enfrentam mais e mais dificuldades, às quais o Governo não dá nenhuma resposta".

REUNIÃO COM ECONOMISTAS

FERRO LAMENTA "CARTA DOS SEIS"

O primeiro-ministro de Portugal anda a correr atrás da Espanha e a prová-lo está o facto lamentável de Durão Barroso ter assinado uma carta conjunta com mais cinco chefes de Governo europeus, entre os quais José María Aznar, a favor da manutenção das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Ferro Rodrigues qualificou como "um erro inexplicável e irreflectido" a posição assumida por Durão Barroso, acusando-o de ser "incoerente" com o que tem afirmado no País sobre esta matéria.

As declarações do secretário-geral do PS foram proferidas, no passado dia 16, antes de iniciar mais uma reunião com prestigiados economistas sobre a situação financeira de Portugal e da União Europeia (UE), onde se destaca o ponto referente à eventual revisão do PEC. Antes de se reunir com José Amaral, Luís Campos Cunha, Teodora Cardoso, José Freire de Sousa, Manuel Pinho, Braga da Cruz, Silva Lopes e Manuel Baganha, o líder socialista referiu que "as cartas subscreitas pelo primeiro-ministro (no âmbito da política internacional) normalmente não trazem



Ferro Rodrigues voltou a reunir-se com a nata dos economistas portugueses tendo em vista o aprofundamento da solução para a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento

nada de bom". Sublinhe-se que a missiva enviada ao presidente em exercício da UE, os primeiros-ministros

de Portugal, Espanha, Itália, Holanda, Polónia e Estónia defendem o cumprimento do pacto e apresentam

propostas concretas. "Desta vez, as companhias escolhidas pelo primeiro-ministro não são muito

diferentes daquelas em que esteve envolvido da última vez", observou Ferro, numa referência à carta do grupo de chefes de Governo europeus que se colocou ao lado da injustificada intervenção anglo-americana no Iraque.

"No actual momento da Europa, os países têm de ter políticas para favorecer o crescimento económico e o combate ao desemprego, mas esta carta representa um apoio conservador à manutenção das regras do PEC, só para fingir que elas se cumprem", frisou Ferro para quem é ainda importante que se "tenha tratado, efectivamente, de um erro de tradução a notícia em que Durão Barroso disse que Portugal apoiava a vitória do PP (espanhol)" nas eleições gerais de Março próximo no país vizinho.

"A não ser verdade esse erro de tradução, tal representaria uma atitude ainda mais lamentável da parte do primeiro-ministro", disse, sublinhando que Durão Barroso pode pertencer a um partido conservador na União Europeia, "mas não pode vincular Portugal".

MARY RODRIGUES

PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

APRECIÇÃO ANUAL NÃO PODE SER SUBTRAÍDA AO PARLAMENTO

A revisão anual do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) deve ser sujeita, obrigatoriamente, a apreciação parlamentar. Esta a ideia central do diploma entregue pela bancada socialista, no passado dia 10, à mesa da Assembleia da República.

O PS considera que "o PEC centra-se sobre matérias que não devem ser subtraídas ao Parlamento", sublinhando igualmente que, em 2003, o Executivo entregou efectivamente o PEC na Assembleia da República antes do enviar para as instâncias comunitárias, mas tal já não aconteceu em 2004.

Este ano, o Governo optou por enviar para Bruxelas a revisão para 2004/2007 do PEC sem ouvir o hemiciclo, o que suscitou o protesto das bancadas da oposição e acabou por dificultar o entendimento entre os partidos em relação às finanças públicas.

O PS exige, pois, que se legisle para se evitar, de futuro, "esta situação indesejável". Após a entrega, estabelece o diploma socialista, a Assembleia da República deverá proceder, no prazo de dez dias úteis, à apreciação anual do PEC que se propõe enviar ao Conselho e à Comissão Europeia. Fica ainda estabelecido que o Governo enviará ao Parlamento a revisão final previamente à sua entrega em Bruxelas.

REUNIÃO COM AIP

PS RECUSA SER MULETA DO GOVERNO

Socialistas e empresários portugueses defendem a necessidade de um consenso nacional para a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Mas o PS não apoiará o Governo em áreas em que está em total desacordo com ele, como é o caso do mediocre Programa de Estabilidade e Crescimento (2004/2007) entregue em Bruxelas.

"Nunca poderíamos estar de acordo com um programa de derrota, que representa recessão, desemprego e maior divergência de Portugal" face à média dos Estados-membro da União Europeia, explicou Ferro Rodrigues no final de uma reunião com uma delegação de representantes da Associação Industrial Portuguesa (AIP), que decorreu, no passado dia 18, na sede nacional do Largo do Rato.

Todavia, o secretário-geral do PS reiterou a sua convicção de que "Portugal poderá falar a uma só voz" quando se discutir a revisão das regras de disciplina orçamental impostas pela União Europeia aos países da zona euro, ou seja, do PEC.

"É possível um consenso entre Governo e oposição para se rever o pacto, sobretudo no sentido de o tornar inteligente (em termos de finanças públicas), aliando rigor e crescimento económico e acabando em definitivo com os actuais truques contabilísticos", observou Ferro, acrescentando que o PS está disponível para encontrar entendimentos com o Executivo em torno de uma nova lei de enquadramento orçamental, mas também em áreas com incidência directa na formação dos portugueses.

"Todos os partidos dizem que Portugal tem de apostar na qualificação profissional. É necessário passar das palavras aos actos",



Portugal precisa de rigor e crescimento económico e não de truques contabilísticos

frisou, antes de ressaltar que os socialistas se apresentam "indisponíveis" para serem de "muleta às políticas erradas do Governo".

Orçamento deste ano já está em crise

O secretário-geral do PS apontou também para o cenário negro em que se desenha a situação económica e social País, dizendo que ao fim de mês e meio o Governo já colocou o Orçamento deste ano "em crise".

Falando aos jornalistas, o líder socialista disse que "o passado mês de Janeiro constitui a real demonstração que Portugal se encontra no mau caminho".

"Os dados disponíveis indicam que a retoma económica é fraca e extremamente localizada, ao mesmo tempo que o desemprego se agravou em 15 por cento" face a Janeiro do ano passado, frisou. Ferro Rodrigues manifestou-se ainda "seriamente preocupado" pelo facto do desemprego "estar a atingir principalmente os mais jovens, muitos deles licenciados", e afirmou que "os mais recentes indicadores económicos provam também que se verifica um claro descontrolo orçamental".

Rocha de Matos apreensivo com a economia

Empenhado em obter consensos entre as forças políticas para que se estabeleça um

grande pacto que permita a Portugal situar-se entre os primeiros dez países da Europa em 2005, o presidente da AIP, que disse ter encontrado da parte do secretário-geral do PS "receptividade para se estabelecerem essas plataformas de entendimento", pelo que saiu "satisfeito da reunião".

Rocha de Matos manifestou apreensão face às dificuldades económicas do País, apontando situações de "quebra de investimento e de competitividade", defendendo ser preciso que haja uma convergência política entre oposição e Governo ao nível da utilização dos recursos nacionais, mas também no que respeita ao PEC, ao quadro de definição orçamental e às políticas fiscais".

M.R.

FERRO NO DISTRITO DE LEIRIA

GOVERNO MERECE ENORME
CARTÃO AMARELO NAS EUROPEIAS

Na visita que efectuou nos dias 13 e 14 ao distrito de Leiria, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, comparou o discurso do primeiro-ministro aos tempos da ditadura, devido às "más companhias", e exortou os portugueses a mostrarem "um grande cartão amarelo" ao Governo nas próximas europeias, que acusou de não estar a cumprir o Polis e de nada estar a fazer em relação à prevenção dos fogos florestais.



As reformas anunciadas pelo Governo são mentiras que a coligação tem andado a contar aos portugueses

Falando na abertura da Convenção Autárquica da Concelhia de Leiria, Ferro Rodrigues insurgiu-se uma vez mais contra o discurso cada vez mais à direita de Durão Barroso que "teve o arrojo" de dizer, há dias, que o PS, "ao votar contra a resolução do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não estava a fazer oposição ao Governo, mas ao País".

"Nós não reconhecemos ao dr. Durão Barroso nenhuma credibilidade, nem política nem ética nem pessoal, para atacar o PS, sobretudo para nos dizer aquilo que ouvimos durante demasiados anos, num outro regime que era quem fosse contra o Governo era contra o País, não o admitimos", referiu.

E justificou o voto socialista no Parlamento, afirmando: "Em nome de que valores íamos votar políticas das quais discordamos? Só se fosse o de uma rendição aos valores políticos e ideológicos da direita".

Na sua intervenção, o líder do PS manifestou-se, por outro lado, preocupado com a "falta de prevenção" no que respeita aos fogos florestais, responsabilizando o Governo e a maioria que o apoia pelos prejuízos e dramas que possam vir a ocorrer no próximo Verão. "Nada está a ser feito em relação aos fogos florestais. Depois da tragédia que se abateu sobre o País, acho que é a concretização da total irresponsabilidade deste Governo", acusou.

"Como é que é possível que, depois do que se passou, continue a existir este vazio no terreno em que os municípios não sabem qual é o seu papel, em que os municípios não sabem qual é o seu papel, em que os bombeiros não sabem qual é o seu papel e em que a confusão é

generalizada?", perguntou.

E defendeu que o Governo deveria apostar na prevenção "em áreas que podem sofrer no próximo Verão aquilo que já sofreram no Verão anterior".

Por outro lado, Ferro Rodrigues criticou a reduzida aplicação do Programa de Recuperação de Áreas Ardidas e Sectores Deprimidos (PRASD) nos concelhos com mais problemas económicos, acusando o Governo de não ter vontade política de introduzir estes apoios.

Por tudo isto, o líder do PS exortou os portugueses, nomeadamente aqueles que votaram PSD e PP e se sentem "defraudados", a mostrarem "um grande cartão amarelo" a este Governo nas próximas eleições europeias.

Entretanto, num jantar em Figueiró dos

Vinhos, o secretário-geral do PS retomou a tese da viragem à direita do primeiro-ministro, deixando um aviso: "Cuidado dr. Durão Barroso, se calhar anda a dar-se muito, anda a falar de mais e a dar excesso de confiança à extrema-direita".

E apelou mais uma vez ao voto nas eleições europeias, que considerou "um primeiro momento para mostrar um enorme cartão amarelo a este Governo porque é a única forma de serem derrotados e de mudarem de política".

Nem um cêntimo para a intriga

Por outro lado, disse que as reformas anunciadas pelo Governo são "mentiras que a coligação tem estado a contar aos

portugueses". A outra mentira "é que o pior já passou", acusou, sublinhando que a crise económica ainda vai ter reflexos este ano. No seu discurso fortemente aplaudido pelos cerca de 300 militantes e simpatizantes, Ferro Rodrigues afirmou ainda: "Não vou dar nem um cêntimo para o pedido da intriga partidária, não vou dar nem um cêntimo para o pedido do totobola sobre futuros candidatos a Presidente, mas estou disponível para dar tudo o que tenho a favor de Portugal e dos portugueses e, portanto, para o PS e pelo PS".

Ferro Rodrigues também visitou as obras "fantasma" do Polis em Leiria, tendo acusado a maioria de direita de não cumprir os compromissos dos governos socialistas em projectos de requalificação urbana.

Além de não cumprir "as promessas que fez e com que se apresentou aos portugueses há cerca de dois anos", a coligação "não permite que se cumpram os compromissos do anterior Governo como é o caso do Polis", disse.

Para o líder do PS, "aquilo que se passa em Leiria não é exclusivo de Leiria e é bem o exemplo do atraso de vida que acontece desde há dois anos no País".

Na sua deslocação a Leiria onde foi alvo de manifestações de carinho da população e de apoio dos militantes e simpatizantes do PS, Ferro Rodrigues teve ainda um almoço de trabalho com o Secretariado da Federação de Leiria, reuniu-se com as direcções do Instituto Politécnico de Leiria e da Escola Superior de Tecnologia do Mar e efectuou uma visita às instalações da Escola Superior de Enfermagem do Instituto Politécnico de Leiria.

J. C. C. B.

MANIFESTO PARA AS EUROPEIAS

ARRANQUE PARA A VITÓRIA

O PS vai vencer sozinho as eleições europeias contra uma coligação de conveniência que, em dois anos de governação, tem afastado todos os dias os níveis de vida da classe média dos padrões comunitários. O sufrágio de Junho será, por isso, a primeira oportunidade para que os portugueses mostrem "um grande cartão amarelo a Durão Barroso e ao caminho errado para o qual tem arrastado Portugal". Este o objectivo "claro e inequívoco" anunciado pelo secretário-geral socialista, no dia do "arranque para a vitória", conforme

classificou Ferro Rodrigues, no passado dia 11, em Lisboa, durante a apresentação do manifesto "Pela Europa, Pelos Portugueses", um documento que está em discussão pública até à Convenção Nacional do próximo dia 28.

Em declarações à Comunicação Social, Ferro lembrou que "durante todo o trajeto europeu o PS sempre se colocou na primeira linha do combate pelo aprofundamento da integração europeia", realçando de seguida a ambição socialista de fazer do espaço comunitário "um exemplo de prosperidade

e justiça, de desenvolvimento e solidariedade seja ainda mais intensa".

"Do outro lado da batalha eleitoral temos uma coligação que é uma trapalhada em termos de posicionamento face às questões europeias. Uma coligação formada por dois partidos que se unem exactamente na matéria em que tradicionalmente estão mais afastados", denunciou o líder do PS, que manifestou a convicção na determinação dos portugueses em reagir exemplamente "ao embuste eleitoral de há dois anos".

M.R.



POLÍTICA EXTERNA

DURÃO HIPOTECA
INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

A inaceitável "falta de sentido de Estado" e o embaraçoso "seguidismo face a Espanha" demonstrados pelo primeiro-ministro português durante a sua presença no comício do Partido Popular (PP) espanhol, em Madrid, provocaram uma forte contestação socialista.

A reacção partiu da secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, Ana Gomes, que no passado dia 17, em declarações à Imprensa, criticou particularmente as partes do discurso de Durão Barroso em que se garante que Portugal estaria sempre ao lado de Espanha em caso de conflito.

"O PS entende que o primeiro-ministro, por tudo aquilo que disse, não serviu Portugal, embaraçou o País e não revelou qualquer sentido de Estado", acusou a dirigente socialista, acrescentando considerar "inaceitável" que Durão Barroso "hipoteque a independência do País às determinações de quem governa a Espanha, ainda por cima em questões de guerra ou de paz".

Ana Gomes assinalou também que, em matéria de política externa, "este Governo coloca o nosso país numa posição de seguidismo face a Espanha, ou em relação aos Estados Unidos, que só tem rendido desprestígio".

"No seu discurso do estado da união, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, citou os seus aliados no conflito do Iraque, mas esqueceu o papel de Portugal e a presença de um contingente da GNR nesse país", acrescentou, frisando de seguida que o primeiro-ministro "não tinha legitimidade para precipitar Portugal em hipotéticos cenários de conflito, da mesma maneira que não tinha mandato para ir a um comício de campanha eleitoral do país vizinho e falar em nome de Portugal".

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DAS CALDAS DA RAINHA

FALTA AMBIÇÃO E ESTRATÉGIA À CÂMARA

As promessas não cumpridas de Durão Barroso foram o mote para a intervenção de Jorge Coelho, na abertura da Convenção Autárquica do PS das Caldas da Rainha, um município que tem visto o investimento passar ao lado.

O deputado socialista acusou o chefe do Governo de ter "enganado os portugueses" por "as promessas não corresponderem à realidade". E exemplificou: "Prometeu acabar com as listas de espera na saúde, em dois anos, mas passado esse período há mais de 140 mil pessoas em lista de espera, segundo dados da Ordem dos Médicos". Ainda na área da saúde, Jorge Coelho reafirmou que o Governo "está a pôr em causa um bem que é o Serviço Nacional de Saúde", criticando a empresarialização dos hospitais como uma forma de "retirar direitos" aos cidadãos.

Por outro lado, no plano económico, "dizia Durão Barroso que o País ia crescer mais de dois por cento ao ano e mais do que a média europeia, mas o que aconteceu foi que Portugal começou a ficar para trás desde 2002", acusou. Na sua intervenção, Jorge Coelho

desafiou ainda o primeiro-ministro a "vir explicar quem é que o enganou" relativamente às provas de armas de destruição maciça que existiriam no Iraque e que justificaram a invasão sem um mandato da ONU mas com o apoio de Portugal.

Intervindo também na abertura dos trabalhos da Convenção, o presidente da Concelhia, António Galamba, acusou a gestão camarária das Caldas da Rainha de "uma completa falta de ambição, havendo um conjunto de investimentos que continuam a passar ao largo das Caldas".

Estados Gerais para as Caldas

E anunciou que os socialistas irão promover "um movimento de abertura à sociedade, uma espécie de Estados



António Galamba anunciou que a Concelhia vai dar especial importância ao património e urbanismo, sector que, acusa, é a principal falha da Câmara

Gerais, com o objectivo de congregar em torno do PS os cidadãos descontentes com esta falta de ambição e estratégia da Câmara".

António Galamba revelou também que a Concelhia socialista irá realizar um debate no dia 1 de Abril sobre património e urbanismo, que considerou a

"principal falha" da Câmara. "Há uma ausência de política nesta área de que resulta uma situação de desordenamento do território com situações gravosas que iremos identificar", acusou.

A criação da Comunidade Urbana do Oeste foi também abordada pelo deputado socialista, que desafiou o

primeiro-ministro a "clarificar quais os meios e competências" que serão atribuídos a esta entidade.

Na sua intervenção, António Galamba criticou ainda o estado de abandono em que se encontra o hospital termal das Caldas, recordando que nos governos socialistas estava previsto um projecto de requalificação desta e infra-estrutura. Face à importância deste complexo, o deputado do PS adiantou que todos os meses irá entregar um requerimento no Parlamento solicitando que o ministro da Saúde esclareça esta situação.

Já António José Seguro, a quem coube encerrar os trabalhos da Convenção, acusou a actual gestão camarária de "pôr o espaço ao serviço do betão e cimento", pelo que, defendeu, "é preciso uma nova câmara que dê prioridade às pessoas".

Neste quadro, considerou que "é altura de os caldenses darem uma oportunidade aos socialistas de governarem o município".

Na sua intervenção, o director do Gabinete de Estudos elogiou ainda o "excelente trabalho a todos os níveis" que vem sendo desenvolvido pela Concelhia, presidida pelo camarada António Galamba.

JORGE COELHO

OS ANOS TRÁGICOS DA GOVERNAÇÃO PSD/PP

O primeiro-ministro "está a fazer o contrário" do que prometeu na campanha eleitoral, nomeadamente em matérias como a saúde, a segurança social e a carga fiscal, acusou Jorge Coelho num debate em Espinho promovido pelo PS local e pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Aveiro.

Numa intervenção sobre a actual situação política, em que enumerou uma série de promessas feitas aos portugueses que não foram cumpridas, o deputado socialista sustentou que a direita tem "uma óptica fria e tecnocrática da sociedade", sublinhando que já são mais de 500 mil os desempregados no nosso país.

"Somos feliz e orgulhosamente diferentes da direita", afirmou, acusando o Governo de "em vez de combater o desemprego, combater os desempregados, tirando direitos a quem passou anos a fazer descontos e a pagar impostos enquanto esteve na vida activa, o que provoca uma grande intranquilidade e angústia na vida das pessoas".

E recordou, a propósito, o "choque fiscal" anunciado por Durão Barroso na campanha eleitoral e que logo alcançado o poder se converteu no agravamento dos impostos. "O Governo deu um choque aos portugueses e colocou-os a pagar mais impostos", disse.

Também a promessa de que "o PSD não ia congelar os salários", foi lembrada pelo deputado do PS, considerando "uma falta de pudor e um escândalo nacional que

na mesma semana em que foram congelados os salários da Administração Pública, tenham sido aumentadas as mordomias de uma dezena de gestores nomeados pela maioria".

Jorge Coelho interrogou-se ainda se haverá algum português a dizer que a vida melhorou desde há três anos, a não ser "os milhares de militantes do PSD e do PP que estão a ser nomeados".

Por outro lado, lembrou ainda outra das promessas eleitorais de Durão Barroso, que consistia em acabar com as listas de espera nos hospitais, sublinhando que "em vez dos 90 mil portugueses em lista de espera, há dois anos, temos mais de 140 mil neste momento".

E alertou que se assiste "a uma destruição do que foi uma das maiores conquistas dos portugueses no 25 de Abril, ou seja, um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito".

Classificando de "trágicos" os anos da governação PSD/PP, Jorge Coelho defendeu que o PS, com "situação interna de total estabilidade sob a liderança de Ferro Rodrigues, tem todas as condições para alcançar o objectivo de ser alternativa".

Governo está a conduzir o País para um desastre colectivo

Durão Barroso é o "principal responsável" pelo "desastre colectivo" a que o Governo "está a conduzir o País", acusou Jorge

Coelho, falando perante cerca de seis dezenas de militantes da Secção do Limoeiro. O deputado socialista defendeu também que o PS, enquanto maior partido da oposição, se deverá demarcar de pactos de regime com o Executivo de direita em torno das políticas económicas. "O Governo quer agora arranjar coniventes, depois de ter metido o País numa grande alhada", disse, sustentando que Durão Barroso "tem de ser chamado à pedra", por ser o "principal responsável" pela actual situação.

Na sua intervenção, o deputado do PS afirmou-se ainda espantado pelo facto do actual chefe do Governo "ter admitido a derrota" nas próximas eleições europeias, sublinhando que o PSD, em coligação com o CDS/PP, "tem a obrigação política de as ganhar".

Por outro lado, o ex-ministro socialista acusou o Governo de ter "congelado os salários da Função Pública, enquanto ao mesmo tempo deu mordomias aos administradores dos hospitais sociedades anónimas", elegendo como bandeira do PS a defesa do Serviço Nacional de Saúde.

"Com a saúde das pessoas não se pode brincar às poupanças", defendeu, acrescentando: "Podem acusar os governos socialistas de despesismo, mas não nos podem acusar de não termos honrado os nossos compromissos em relação aos cidadãos mais desfavorecidos".

FEDERAÇÃO DA ÁREA URBANA DE LISBOA
UMA METRÓPOLE EUROPEIA E ATLÁNTICA

A UM CLICK DAS NOSSAS POLÍTICAS
www.psfaul.com

www.psfaul.com é um projecto que espera contribuir para uma melhor informação e intervenção política. Neste portal encontra um conjunto de informação diversa, organizada por rubricas temáticas, desde a nossa organização, agenda política, principais notícias, reflexões e comunicados que preenchem o dia-a-dia do Partido Socialista da Área Urbana de Lisboa. Neste momento está a um click das nossas políticas!

AUDIÇÃO PÚBLICA

DESCENTRALIZAÇÃO DO GOVERNO
É REGIONALIZAÇÃO ENCAPOTADA

O Governo está a desrespeitar o resultado do referendo de 1998 sobre a regionalização ao avançar com o novo modelo de descentralização do País.

"Não é aceitável que, tendo sido rejeitado um modelo de regionalização assente em oito ou nove regiões, o Governo adopte agora, de forma encapotada, um modelo assente em vinte ou trinta regiões", afirmou António Costa, numa audição pública sobre a reforma da administração territorial promovida pelo PS.

"Este processo de regionalização encapotada não respeita a escolha dos portugueses na consulta popular de 1998", denunciou o presidente da bancada socialista, para quem o argumento de que o resultado de um referendo deve ser respeitado, invocado na questão do aborto, "deve valer" em todos os casos.

De acordo com António Costa, o novo modelo de descentralização proposto pelo Executivo levanta também "dúvidas em matéria de legalidade constitucional", opinião partilhada pelo deputado do PS José Augusto Carvalho, que classificou o modelo proposto pelo Governo como um "associativismo *self-service*", criticando a atribuição aos municípios da escolha da entidade regional a que querem pertencer, organizando-se com municípios contíguos.

"Os portugueses foram consultados? Respeitou-se a Lei Fundamental? Faz-se assim tábuas raso a 20 anos de política regional em Portugal?", questionou o ex-secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, para quem a direita se prepara para fazer "uma regionalização dos pequenitos para auto-satisfação de clientelas".

Também António Costa considerou que a criação das novas entidades regionais — um patamar intermédio de organização do território, entre a Administração Central e o Poder Local — pretende avançar "sem estratégia" e vai, por isso, "agudizar as assimetrias pré-existentes, reforçando o poder onde já existe e não fortalecendo os municípios com menor poder".

"Uma das perplexidades deste quadro legislativo é a ausência de qualquer critério de agregação, que é feita *à la carte*, por livre escolha associativa", apontou, definindo o modelo de descentralização como "um paradoxo". "O Governo e a maioria fazem um ataque e uma asfixia financeira às freguesias e municípios e depois empenham-se na proliferação de novas entidades de base autárquica", criticou o presidente do GP/PS.

Ausência de estratégia

Por sua vez, ex-ministro do Equipamento Jorge Coelho, que moderou o primeiro painel sobre "A administração do território e o desenvolvimento regional",



A descentralização *à la carte* é um paradoxo, evidencia uma falta de estratégia e vai agudizar as assimetrias

considerou que "esta regionalização encapotada da direita é feita sem qualquer critério estratégico ou pensamento", acrescentando esperar que os socialistas tomem "uma posição política e pública" sobre a questão após a audição do dia 17.

"E se hoje Portugal não tem uma regionalização é nossa responsabilidade, porque nos perdemos a desenhar regiões", disse.

Entre os convidados, o reputado socialista nesta matéria, Braga da Cruz, classificou o modelo descentralizador proposto pelo Executivo como "irrefletido, insensato e inútil", frisando que estão em causa 53 competências, "todas elas mais de carácter regional do que estratégico".

Considerando que há uma exigência a fazer-se a cada uma das regiões do País, e é "que sejam competitivas e ajudem

ao desenvolvimento nacional", Braga da Cruz afirmou que Portugal precisa de procurar modelos sérios de administração territorial como os que se têm implementado noutros Estados-membros da União, que contemplem a necessidade de dar mais força e legitimidade política aos órgãos deliberativos e mais eficácia aos executivos, sem cair na mera agregação de competências ou esquecer a urgente formação da opinião cívica sobre este tema.

Afinal a descentralização só vem justificar a regionalização

O professor Fernando Ruivo, por sua vez, manifestou-se preocupado pelo facto de constatar que o modelo de descentralização da direita "não passa de uma soma de vontades sem consciência colectiva".

"É preciso alcançarem-se patamares municipais intermédios que ajudem a resolver problemas comuns", defendeu, criticando a excessiva fragmentação do actual associativismo e sublinhando a convicção de que "Portugal atravessa uma fase em que é urgente pôr em comum em vez de dividir". Por último, Manuel Carvalho observou que a prometida "revolução tranquila" de Durão Barroso degenerou em querelas locais de Norte a Sul do País.

Depois de alertar para os perigos de desigualdade institucional e para a consequente ameaça para a coesão nacional, o jornalista secundou diversas opiniões segundo as quais o modelo de descentralização do Executivo, longe de prescindir da regionalização, justifica-a e reivindica-a.

A terminar, Carvalho lembrou que "a questão dos mapas é muito importante"

porque "mexe com a identidade das pessoas" e, neste sentido, apontou para a necessidade de cada capital de região vir a ser localizada o mais ao centro possível.

Incoerência e erros vários

No 2º painel, moderado por Maria de Belém e dedicado ao tema "Dos municípios às entidades supramunicipais, a primeira intervenção coube a Fonseca Ferreira que considerou que "apesar das limitações" da legislação do Governo referente à administração territorial, "a criação das comunidades urbanas pode ser um contributo positivo para a descentralização, mas é insuficiente e não dispensa a regionalização".

Mas, adiantou, esta legislação é "incoerente", porque, em particular, "precisava de um critério de referência para a organização territorial, para além de não haver qualquer referência à integração europeia". Neste quadro, defendeu que cabe ao PS "fazer com que o processo de descentralização resulte da melhor maneira, nomeadamente, cuidando da coerência territorial".

João Caupers, outro dos oradores, afirmou que o "erro-base" do projecto do Governo "é julgar que a montagem dos espaços supramunicipais podem depender da vontade daqueles que os criam, um total absurdo", o que, acrescentou, "não é uma boa solução para a descentralização do País".

Com este processo, alertou, "entregues a si próprios, os municípios mais fortes vão acabar por dominar os mais fracos, de que resultará um País mais desequilibrado".

E sustentou que "é aos órgãos do Estado que compete definir os espaços supramunicipais, em nome da coerência territorial". Já João Ferrão, considerou a legislação sobre descentralização "muito fraca", adiantando que "mais do que erros técnicos há determinadas concepções políticas de cariz neoliberal em que o Estado se desresponsabiliza das suas funções.

Salientando que o diploma governamental "utiliza critérios que ninguém utiliza há mais de 20 anos", apontou ainda a "total ausência de recursos financeiros e físicos que permitam concretizar a transferência de competências para os novos órgãos criados".

Neste contexto, defendeu que ao PS "cabe um papel único de liderar o debate público sobre estas questões, contaminando positivamente a opinião pública e recentrando o debate na necessidade de voltar à ideia da regionalização".

Por sua vez, Oliveira Rocha salientou que a proposta do Governo que tem como objectivo central "afirmar-se como uma alternativa à regionalização, não faz sentido e o resultado pode ser um retalho sem qualquer lógica económica".

Convicto de que "esta lei vai morrer por si", Oliveira Rocha considerou ainda que "só se justifica a regionalização se à divisão intermédia corresponder uma base económica competitiva.



O actual modelo descentralizador levará os municípios mais fortes a dominar os mais fracos donde resultará um país mais desequilibrado

CLUBE LIBERDADE E CIDADANIA

POR UM NOVO CONTRATO SOCIAL

Aberto a militantes do PS e cidadãos independentes que pretendam reflectir, debater e tomar posição sobre questões nacionais e internacionais, foi apresentado na quarta-feira no auditório da Assembleia da República o clube de política Liberdade e Cidadania que "defende os valores da República, da democracia, da indivisibilidade dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e da globalização ética".

O clube surgiu da constatação de que "é necessária uma nova cidadania e novas formas de intervenção cívica, abrindo um espaço aos cidadãos que querem participar mas não sabem como nem têm onde", adiantou ao "Acção Socialista" a deputada socialista Helena Roseta, que juntamente com os deputados Ana Benavente, Manuel Alegre, Alberto Martins, João Cravinho, Medeiros Ferreira, Vera Jardim, Medeiros Ferreira, Jorge Lação e Jorge Strecht Ribeiro integra o núcleo fundador do clube Liberdade e Cidadania, um novo espaço de reflexão e intervenção cívica, que tem entre os seus fundadores mais de cem personalidades de várias áreas da vida política, económica, social, cultural e desportiva.

Na sessão de apresentação pública, Manuel Alegre proferiu uma intervenção na qual explicou as razões de ser deste clube de reflexão política, tendo declarado, logo a abrir, que há um "esclerosamento da vida democrática, quase reduzida ao ritual das campanhas eleitorais", ou seja, "o crescente desinteresse pela política e o progressivo e preocupante divórcio entre cidadãos e instituições".

Assinalando também que existe a



"convicção de que a renovação da vida política e dos próprios partidos não pode fazer-se apenas por dentro dos aparelhos existentes", o deputado socialista apontou como sendo um dos objectivos do novo clube "abrir novos caminhos à participação dos cidadãos e criar novas formas de interessar as pessoas pela vida política".

Na sua intervenção, o histórico militante socialista acusou o actual Governo de estar apegado a "uma ideologia ultraliberal" e de promover "a maior contra-reforma social dos últimos 30 anos", com os direitos sociais a serem postos em causa, e o caminho da "concertação" a ser substituído pelo da "confrontação e unilateralismo". Neste quadro, sustentou: "É preciso um novo contrato social, que reinterprete, à luz dos novos problemas, os direitos dos



A melhor maneira de comemorar os 30 anos do 25 de Abril é refazer o seu espírito à luz de uma nova exigência democrática

cidadãos e os deveres do Estado". Essa seria "a melhor maneira de comemorar o 25 de Abril, trinta anos depois, e refazer o seu espírito, adaptando a intervenção dos cidadãos às novas exigências da democracia e de Portugal".

Há mais cidadania para além da fulanização partidária

A solução para a actual crise, numa democracia dominada pelo neoliberalismo, no contexto da globalização, passa, segundo Manuel Alegre, pela construção de "um programa diferente, com soluções concretas, sem complexos e sem ter medo de desagradar aos gurus da direita". É que, adiantou, "há mais vida para além do binómio leninismo-liberalismo", sendo "possível restituir à democracia uma

perspectiva de justiça e de esperança". Mas é também, segundo Alegre, "necessário contrariar o excesso de fulanização na actual vida política portuguesa", em que "há muita gente disponível para o exercício de cargos, mas o que é preciso é estar disponível para a cidadania". E acrescentou: "Há mais vida para além dos projectos pessoais. Há mais cidadania para além da fulanização partidária. Há mais democracia para além da participação em eleições de quatro em quatro anos". Por isso, sublinhou, "é tempo de recuperar o espírito da democracia criada pelo 25 de Abril", em que "liberdade e cidadania são os seus pressupostos" e esta "é a fundamental razão de ser deste clube".

Ana Benavente considerou que o clube tem também como objectivo ser "um

espaço de encontro de gerações" e "assegurar a paridade". E explicou que a coordenação e dinamização das actividades do clube será assegurada por uma Comissão Coordenadora, a eleger pelo plenário nacional dos membros deste novo espaço de reflexão, que reunirá anualmente.

A co-fundadora do clube adiantou ainda que estão já definidos quatro temas para debate: "Consensos e conflitos na sociedade portuguesa"; "Evasão fiscal", "O imobiliário, o betão, o ordenamento do território e o poder" e "Direitos sociais e desenvolvimento".

Aberto a todos os que subscrevam a sua declaração política, o clube Liberdade e Cidadania tem já um site: <http://liberdadeecidadania.com.sapo.pt> e um e-mail: liberdadeecidadania@sapo.pt.

J. C. CASTELO BRANCO

POLÍTICAS URBANAS

MAIS VISÃO ESTRATÉGICA PARA LISBOA

A necessidade de uma visão estratégica e integrada que resolva os principais problemas estruturais da cidade de Lisboa foi a nota dominante das intervenções efectuadas no dia 19 num jantar-debate sobre "Políticas Urbanas e a Área Metropolitana de Lisboa", promovido pelo movimento Imaginar Portugal, no OpArt, em Lisboa.

Um dos convidados do jantar-debate, a deputada do PS e bastonária da Ordem dos Arquitectos, Helena Roseta, pôs em evidência o contraste existente entre os sérios problemas estruturais da cidade de Lisboa e um mandato "mediocre" em que nada está a ser feito para os resolver. "Lisboa tem a desgraçada sorte de ter como presidente da câmara uma figura mediática que não tem nem ideias nem tempo para a câmara, e que na verdade poucas vezes lá está", afirmou Helena Roseta, que se mostrou ainda preocupada com o envelhecimento e despoamento da cidade, e com a falta de capacidade

da urbe lisboeta para proporcionar a muitas pessoas condições adequadas de integração social.

Já João Ferrão, geógrafo, professor e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, debruçou-se sobre as diferentes concepções das políticas urbanas e sobre o estado actual das políticas de cidades em Portugal. O investigador defendeu a necessidade de superar a visão fragmentada das cidades e as concepções de intervenção política baseadas em actuações localizadas, que "não têm em conta a cidade como um todo". Para esse efeito, apresentou propostas concretas no que respeita à reorganização dos sistemas de planeamento e de financiamento ao nível dos poderes locais e regionais.

Por sua vez, Ana Paula Vitorino, engenheira, professora e investigadora do Instituto Superior Técnico, que centrou a sua intervenção na política de transportes



Os problemas estruturais de Lisboa não são compagináveis com um mandato mediocre que nada faz para os resolver

e de mobilidade, denunciou o "casuismo dos grandes projectos" que é a imagem de marca da intervenção do actual executivo municipal e defendeu uma intervenção mais integrada, articulando diferentes sectores, e com maior efectividade.

Neste contexto, defendeu a necessidade "de planos menos fechados sobre si próprios e que sejam, de facto, para cumprir".

Para além das intervenções iniciais dos oradores, o jantar prolongou-se com um debate animado em torno das questões que foram sendo levantadas quer pelos três convidados quer pelas largas dezenas de participantes no encontro.

O Imaginar Portugal, que já realizou debates sobre temas como a imigração, habitação ou sobre o lugar de Portugal na "nova ordem mundial", tem já agendado para o próximo mês de Março uma nova iniciativa que terá como tema o triângulo "Economia, competitividade e emprego".

AÇORES

CÉSAR DEFENDE FUNDO DE COESÃO PARA ILHAS MAIS PEQUENAS



Com o Governo de Carlos César os Açores têm crescido economicamente e convergido com o rendimento *per capita* do continente

A criação de um Fundo de Coesão Regional que permita atrair investimentos privados para as ilhas dos Açores com economias mais frágeis, foi defendida por Carlos César.

Este instrumento, que corresponderá a uma percentagem do Plano de Investimentos da Região, será vocacionado para cofinanciar investimentos de carácter privado que promovam o desenvolvimento nessas ilhas, com o objectivo de garantir a coesão económica e social no arquipélago, salientou o líder do PS/Açores e presidente do Governo Regional. Carlos César falava em Ponta Delgada, na cerimónia de tomada de posse do Conselho Consultivo de Independentes, composto por cerca de cem personalidades independentes das mais diversas áreas de actividade, que estarão encarregues de elaborar uma proposta de Programa de Governo do PS para as próximas eleições regionais de Outubro. Segundo sublinhou, um dos objectivos de um terceiro Executivo socialista é conseguir, cada vez mais, que o crescimento económico da região "se baseie no aumento da produtividade, nos contributos dos investimentos público e privado, internos e externos, e na utilização de mão-de-obra mais qualificada, que utilize de modo mais extensivo as novas tecnologias".

Com vista à "sustentação de todo este processo", Carlos César defendeu a necessidade de assegurar "uma correcta orientação da despesa pública, o equilíbrio das finanças regionais e a defesa dos recursos naturais". Por outro lado, sublinhou, "temos que impulsionar mais a produtividade e a diversificação dos sectores de desenvolvimento e apostar, em todos esses casos, na qualidade", acrescentando que na agricultura, como nas pescas, "há que redobrar esse esforço, inovando na

produção, reduzindo ainda mais custos, e, necessariamente, encontrando formas de aumento do rendimento".

Qualificar as pessoas

Para o chefe do Governo Regional, não se pode também abrandar no "enorme esforço" que se está a fazer no "capital essencial" que é o da "qualificação das pessoas, numa permanente reorientação prospectiva das necessidades regionais". Referiu ainda que "não se pode abrandar no enorme esforço" que tem sido feito pelo Governo na política de inserção e reinserção social, tendo em conta "todos os fenómenos de exclusão e desprotecção do nosso tempo".

Neste contexto, reafirmou que continuará a recusar a "ideia perversa" de que os objectivos financeiros e o crescimento económico se alcançam "através da crueldade laboral e da quebra da intensidade das políticas laborais".

"O nosso programa não seguirá por aí", garantiu, acrescentando: "Os pobres, os necessitados, os idosos, os pensionistas, as crianças e jovens em risco, as pessoas com deficiência ou com dependências, os doentes, os imigrantes em dificuldades ou os açorianos que precisam de uma habitação condigna, não podem, nem serão considerados como um universo relegado para um plano secundário, como se o objectivo da criação de riqueza nada tivesse a ver com o bem-estar das pessoas".

O líder do PS/Açores disse ainda ser preciso investir mais em todos os "contributos identitários, desde o enquadramento constitucional e estatutário da autonomia político-administrativa ao maior apoio à fruição e produção regional na universalidade de todas as formas de expressão da memória patrimonial construída". E, por outro lado, "avaliar cuidadosamente todas as soluções de regionalização de serviços do Estado, com especial ênfase para a

administração fiscal, institutos nacionais na área da agricultura, das pescas e da área da administração marítimo-portuárias". Carlos César defendeu ainda a "necessidade de uma reforma" do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que tem sido "um travão ao crescimento" de Portugal "com consequências que se estendem aos Açores".

Convergência com a média nacional

Referindo que "continuar a mudar os Açores é mesmo o que temos a fazer, e isso é um grande desafio lançado a todos os que nos irão ajudar nessa tarefa de indicação do rumo que devemos prosseguir", o presidente do Governo Regional passou em revista alguns dos actuais indicadores económico-sociais do arquipélago, reveladores da "qualidade do trabalho desenvolvido" ao longo destes oito anos de governação socialista.

Assim, entre outros aspectos, Carlos César disse que a região tem "conseguido a convergência" com a média nacional, uma vez que, entre 1996 e 2001, o seu Produto Interno Bruto (PIB) "per capita" cresceu 44,6 por cento, contra os 38,4 por cento registados no País.

Quanto aos indicadores de emprego, o líder do PS/Açores salientou que a taxa anual de desemprego na região em 2003 foi de 2,8 por cento, a mais baixa do país, "sendo menos de metade da que se verificava em 1996, apesar do aumento dos activos que constantemente tem vindo a ocorrer".

Quanto ao Conselho Consultivo que tomou posse, Carlos César sublinhou que integra "pessoas que colaboraram com outros partidos, à direita e à esquerda do PS, que nos honram e são especialmente bem vindos", acrescentando que a composição deste órgão prova que o PS/Açores é hoje "uma força de atracção política central da vida açoriana".

J. C. CASTELO BRANCO

AINDA OS CONSENSOS

O entusiasmo do Governo com o apelo para o consenso só pode ter um objectivo: colar a oposição a algumas medidas financeiras impopulares (e mesmo antipopulares), sendo certo que o que correr bem será sempre (e justamente) mérito do Governo.



FILIPE NUNES

Há duas semanas, na sequência de mais um discurso do Presidente da República, um conjunto de personalidades do PSD e PS decidiu subscrever um manifesto a «apelar» ao «consenso» entre Governo e oposição sobre finanças públicas. Não deixa de ser extraordinário.

Recorde-se que o PS governou seis anos com uma maioria relativa no Parlamento - um feito que decorre de vários equívocos e erros políticos, mas que merecia sem dúvida entrar para o Guinness. Nos dois anos que esteve a liderar a oposição, Durão Barroso votou

sistematicamente contra tudo o que o Governo apresentava. Aqui ou ali (reformas político-administrativas) terá exagerado, mas no geral (política orçamental, políticas públicas) acho que fez bem. Assim, quando foi a votos ninguém o confundiu com os erros de gestão política e orçamental do PS; só o confundiram com as suas próprias asneiras de campanha. No entanto, mais importante do que isso é perceber que a definição de alternativas claras entre partidos de Governo é boa para a própria qualidade da democracia: favorece a participação eleitoral e trava os extremismos. Por isso, acho que é de insistir na ideia de limitar os acordos de regime às reformas das regras do sistema político.

Recentemente, o primeiro-ministro veio propor um acordo entre partidos de Governo para a identificação dos cargos de «confiança política» na Administração Pública. Cem por cento de acordo. Mas que sentido faz ver um Governo maioritário de direita convidar o centro-esquerda para uma espécie de junta de salvação das finanças nacionais? O entusiasmo do Governo com o apelo para o consenso só pode ter um objectivo: colar a oposição a algumas medidas financeiras impopulares (e mesmo antipopulares), sendo certo que o que correr bem será sempre (e justamente) mérito do Governo.

Como escreveu Teodora Cardoso no jornal "Público", "a experiência dos últimos anos evidenciou a insuficiência de um compromisso quanto ao défice e à dívida pública e mostrou também que não faltou ao Governo margem de manobra política para a adopção das medidas que considerou necessárias para o cumprir. A estratégia seguida, de unilateralismo e confrontação, falhou porque as medidas falharam e não por o Governo ter enfrentado obstáculos por parte da oposição parlamentar".

De facto, o PS não pode confundir o governo da República com um executivo camarário em que lhe foi oferecido o pelouro dos assuntos de esquerda, nem subscrever documentos que só servem para legitimar a ideia de que a direita tem o monopólio das «boas contas». É que o documento não só ignora recentes propostas do PS sobre estabilidade e crescimento, como branqueia por completo a gestão orçamental do actual Governo. Se o Governo PS acordou tarde para o problema das finanças públicas, o que dizer de um Governo que corta no investimento, nos salários e nas políticas sociais, e mesmo assim só consegue equilibrar as contas com as famigeradas «manigâncias»? Lamentavelmente, nunca ninguém se lembra de fazer pactos para o emprego ou a solidariedade social, mas ciclicamente lá vem um manifesto que apenas se destina a dar gás a políticas nacionais erradas e a um Pacto de Estabilidade considerado «estúpido» por entidades tão irrelevantes como o presidente da Comissão Europeia, a França e a Alemanha.

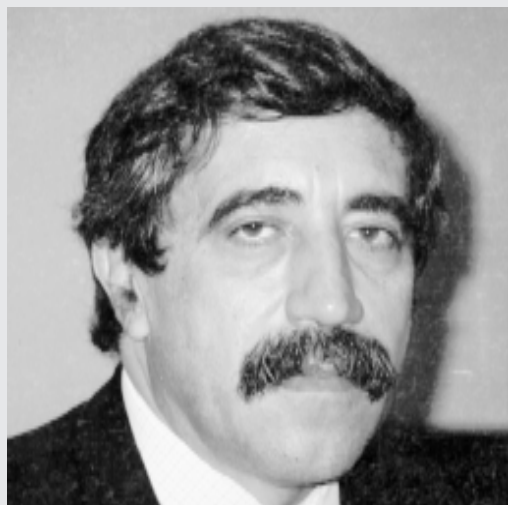
Por tudo isto, não será de mais lembrar que a estratégia do PS para esta legislatura, aprovada em Congresso, assenta num estreito caminho entre os frentismos pré-eleitorais e a tentação do bloco central. Ora o pior que podia acontecer era ver esse caminho confundido com frentes de esquerda às segundas, quartas e sextas e pactos de regime às terças e quintas.

www.paisrelativo.blogspot.com

MORREU ACÁCIO BARREIROS

UM COMBATENTE E BRILHANTE PARLAMENTAR

Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 18 do nosso camarada Acácio Barreiro, vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista e membro da Comissão Política Nacional. Contava 55 anos. A bandeira do PS foi colocada a meia haste e as actividades parlamentares foram canceladas no dia do funeral.



Nascido a 24 de Março de 1948, desde muito cedo Acácio Barreiros iniciou a sua actividade política. Estudante do Instituto Superior Técnico, envolve-se activamente nas lutas académicas contra a ditadura. Após o 25 de Abril, ganha notoriedade como deputado da UDP, entre 1976 e 1979, até entrar em ruptura com o partido. Depois de uma breve passagem pela Nova Esquerda, regressa ao Parlamento em 1983 pela mão de Mário Soares como deputado do PS, elegendo então a defesa do ambiente e a habitação para jovens como prioridades da sua intervenção. Parlamentar brilhante e combativo, Acácio Barreiros foi também presidente da Assembleia Municipal de Sintra, quando a camarada Edite Estrela era presidente da autarquia. Em 1999, assumiu a pasta da Defesa do Consumidor, como secretário de Estado no segundo Governo de António Guterres. No plano interno, Acácio Barreiros esteve sempre próximo de João Soares, com quem tinha uma grande sintonia política e sólida amizade, integrando desde sempre o grupo liderado pelo ex-presidente da Câmara de Lisboa.

Reacções

Afirmando ter recebido com "profunda consternação e choque" a notícia da morte do seu "camarada e amigo", o secretário-geral do PS salientou que Acácio Barreiros "pautou a sua acção, quer política, quer cívica pelos ideais da liberdade, da fraternidade e da democracia". Ferro Rodrigues destacou, também, "a coragem com que, ao longo dos últimos anos, enfrentou a doença de que sofria, e a forma como mesmo nos momentos mais difíceis não abdicou do combate político" e "a sua determinação, o seu companheirismo e sentido de humor apurado", recordações que guardará com saudade.

Para o líder do PS, Acácio Barreiros "foi um brilhante parlamentar e um tribuno de excepcional qualidade, um governante, um autarca, mas foi, antes de mais, um corajoso militante contra a ditadura e um defensor das causas do Portugal de Abril".

Também o líder parlamentar do PS, António Costa, lamentou a morte de Acácio Barreiros, realçando "a dignidade com que lutou pelos valores em que acreditava". E acrescentou: "É com grande saudade que o recordaremos nesta bancada".

Já João Soares, afirmou que o seu camarada e amigo "era um homem excepcional", salientando que "se distinguiu enquanto parlamentar pela UDP, mas fez depois uma viragem ideológica completa, tendo sempre estado em total sintonia com os valores do PS".

O "Acção Socialista" apresenta à família as mais sentidas condolências.

J. C. C. B.

Breves

FEDERAÇÕES

A **Federação do PS da Guarda** manifestou-se contra o encerramento do CAE no distrito, no final do ano lectivo, que considerou uma "estranha forma de desconcentrar e descentralizar". Para os socialistas, esta extinção significa "a perda de mais um serviço, mais centralismo, mais desemprego, um distrito mais pobre".

E lembrem que com este Governo, o mais centralizador do pós-25 de Abril, a Guarda já perdeu a Delegação das Comunidades e Assuntos Consulares, o Centro de Formalidades de Empresas, o Tribunal Administrativo e Tributário, a Delegação do Registo Nacional das Pessoas Colectivas e as sedes das Acções Integradas de Base Territorial da Serra da Estrela e do Côa.

A **Comissão Política da FAUL** aprovou uma moção de repúdio pela actuação da actual administração dos CTT, nomeada pela coligação PSD/PP, nomeadamente pela "forma autocrática e incompetente com que tem lidado com os trabalhadores da empresa, procedendo a reduções de pessoal encapotadas por deslocações coercivas", pela "contínua incapacidade de gestão, manifestada de forma mais clara na drástica redução dos padrões de qualidade" e pelo "fervor privatizante com que abordou um sector e uma empresa altamente rentáveis, retalhando-a apenas para alimentar o incontrolável défice orçamental".

"Mais coesão económica, social e territorial é o desafio para as eleições para o Parlamento Europeu", foi com estas palavras que Ascenso Simões encerrou a 3ª Conferência organizada pela **Federação Distrital de Vila Real** e pela **Secção de Montalegre** do Partido Socialista no passado dia 21, naquela vila barrosã, subordinado ao tema "A União Europeia e as Políticas de Desenvolvimento Rural", no ciclo que tem por tema global "Trás-os-Montes e Alto Douro numa Europa em Transformação".

A **Federação de Viseu** deu na passada segunda-feira uma conferência de Imprensa sobre a instabilidade que de novo se vive no Hospital Geral de S. Teotónio em Viseu.

CONCELHIAS

O líder da **Concelhia de Lisboa**, Miguel Coelho, e o deputado Manuel Maria Carrilho defenderam que Santana Lopes deve renunciar à Câmara no caso de se candidatar à Presidência da República.

"Quando formalizar a sua candidatura a Presidente da República, Santana Lopes terá que renunciar ao seu lugar na Câmara de Lisboa", afirmou Miguel Coelho.

Por sua vez, Manuel Maria Carrilho sustentou que o actual presidente do município "deve renunciar às funções para as quais foi eleito mas que, como se vê, não são o que mais o ocupa e preocupa".

O **PS/Baião** alertou para a diminuta capacidade negocial da futura Comunidade Urbana do Vale do Tâmega, caso seja constituída com apenas cinco municípios.

"Face a uma Área Metropolitana do Porto, com um milhão de habitantes, que capacidade negocial podemos ter assim?", questionou o vereador socialista de Baião José Luís Carneiro, defendendo por isso que a presidente da Câmara do seu

concelho, do PSD, deveria ter sensibilizado os seus homólogos de Cinfães, Resende e Mesão Frio a optarem igualmente pela Comunidade Urbana do Vale do Tâmega.

Aumentar a votação do PS em Seia nos próximos actos eleitorais, promover uma maior abertura do partido ao exterior e dinamizar a inclusão de todos os militantes no cumprimento de um projecto de coesão interna e prestar todo o apoio à acção do actual presidente da câmara. Estes são alguns dos principais objectivos do programa da lista vencedora das eleições para a **Concelhia de Seia**, liderada por André Figueiredo, que obteve 62 votos, contra 52 votos recolhidos pela lista liderada por Mário Branquinho, num sufrágio que teve uma afluência histórica de 95 por cento dos militantes da estrutura.

O **presidente da Concelhia do PS/Matosinhos, Manuel Seabra**, considerou "urgente e inadiável" a construção em Leixões de um estaleiro de construção e reparação que sirva a frota de pesca do Norte do País.

Manuel Seabra refere que há espaço para construir a infra-estrutura desde que a entidade gestora do porto, a APDL, esteja aberta a concessionar o novo estaleiro à exploração privada, conforme sucedia com o anterior, que era operado pela Docapesca. "Tudo depende da tutela do sector, uma vez que o Estado é o único accionista da APDL", disse.

A **Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS** iniciou no dia 11 o ciclo de debates "O PS, Portugal e o futuro", que contou com a presença do camarada Jorge Coelho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

O **Conselho Consultivo do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas** reuniu no passado dia 7 de Fevereiro, em Santarém, onde foram abordados os temas do desemprego feminino e das próximas eleições europeias.

Decorreu no passado dia 13 a primeira reunião de **deputadas do PS**, tendo sido decidido realizar com carácter regular este tipo de encontros.

AUTARQUIAS

A **oposição socialista** na Câmara Municipal da Figueira da Foz contestou o valor alegadamente pago aos "reis" do Carnaval de Buarcos, que a organização, a cargo da empresa municipal, FGT, se recusa a divulgar.

Os vereadores do PS questionaram a autarquia acerca do pagamento de 30 mil euros, que consideram "excessivo", a dois actores de uma telenovela exibida na TVI.

SECÇÕES

O **Secretariado da Secção da Ilha de S. Miguel**, nos Açores, emitiu um comunicado, onde critica o presidente da Câmara de Vila Franca do Campo pelas dificuldades operacionais das embarcações no porto de pesca daquela vila devido à sua teimosia em levar por diante as obras de construção da marina.

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 2 de Março - 18h00 – O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, preside ao encerramento da sessão comemorativa do 20º aniversário da primeira lei de despenalização do aborto, numa sessão promovida pelo DNMS, que terá lugar no auditório da Casa Amarela da AR.

ÓRGÃOS NACIONAIS

Dia 4 de Março - 21h30 – Reunião da Comissão Política do PS, na sede nacional do PS, no Largo do Rato.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dia 25 de Fevereiro - 17h30 – Numa iniciativa do Departamento de Relações Internacionais do PS, vai ter lugar um debate subordinado ao tema "Por uma

Constituição Europeia – Perspectivas Financeiras de 2007 a 2013", na Representação da Comissão Europeia, sita no Largo Jean Monnet, nº 1, 10º andar, em Lisboa.

Moderado pelo economista e jornalista Nicolau Santos, o debate contará com a participação dos deputados João Cravinho (PS), Francisco Louçã (BE) e Manuel Porto (PSD).

DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

Dia 2 de Março – Evocação no auditório da Casa Amarela na Assembleia da República dos 20 anos da aprovação da primeira lei de despenalização do aborto.

Dia 8 de Março – Apresentação do novo compromisso do PS para a igualdade, consubstanciado em 30 ideias para o País.

PS/PORTO DENUNCIA

UM QUINTO DOS CIDADÃOS DO DISTRITO SEM MÉDICO DE FAMÍLIA

Um em cada cinco cidadãos utentes do Serviço Nacional de Saúde do distrito do Porto está sem médico de família devido à insuficiência de recursos humanos, denunciou o presidente da Federação do Porto do PS, camarada Francisco Assis, que responsabilizou por esta grave situação a política de cortes orçamentais do Governo e a "profunda incompetência" da actual Administração Regional (ARS) do Norte. "Venho muito mais preocupado do que já estava. O cenário que encontrámos suscita-nos uma grande preocupação relativamente aos problemas gravíssimos nos cuidados de saúde primários", disse Assis no final de uma visita de uma delegação socialista a centros de saúde da cidade do Porto.

O presidente da Federação criticou as "grandes disfuncionalidades" existentes nos actuais cuidados de saúde primários e os "efeitos catastróficos das medidas do Governo para a Administração Pública".

Ao todo, são já 276 mil os utentes do Serviço Nacional de Saúde do distrito sem médico de família, quando há dois anos eram 150 mil, salientou Manuel Pizarro, responsável no PS/Porto pela área da saúde.



Numa ronda pelos centros de saúde do Porto, Francisco Assis constatou a profunda incompetência da Administração Regional de Saúde do Norte

"Os cuidados de saúde primários estão num verdadeiro caos", afirmou, criticando a política instituída no último ano de admissão de funcionários para os centros de saúde com contratos de apenas três meses.

"É completamente impossível estabilizar equipas pluridisciplinares com contratos de três meses. Qualquer dia temos contratos de três semanas. Isto já

ultrapassou o domínio da mera divergência política", sublinhou.

Entretanto, o PS/Porto vai prosseguir nas próximas semanas esta ronda de visitas a todos os centros de saúde do distrito.

No final destas visitas, a Federação socialista vai reunir-se para decidir que iniciativas vai desenvolver para denunciar e contrariar esta grave situação, referiu Francisco Assis.

SOCIALISTAS EXIGEM MANUTENÇÃO DAS SCUT'S

As Federações do PS de Viseu, Aveiro e Guarda exigiram a manutenção das auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) decididas pelos executivos socialistas, "a começar no IP5, tal como este Governo, em claro recuo, já confirmou para a A23 e Via do Infante". "É absolutamente ilegítimo dizer que se está a lançar um novo imposto porque o Governo precisa de mais dinheiro para as estradas", afirmou José Junqueiro, presidente da Federação de Viseu, lembrando ao Governo português que o seu homólogo espanhol "está a fazer a auto-estrada N620 (Salamanca-Vilar Formoso) sem qualquer portagem". José Junqueiro salientou que "o sector automóvel gera, anualmente, em impostos para o Estado cerca de 4 mil milhões de euros e que, actualmente, só um sexto desta verba é aplicada nas estradas portuguesas e na segurança dos automobilistas".

O presidente da Federação de Viseu falava numa conferência de Imprensa onde estiveram presentes deputados dos três distritos atravessados pela A25, resultante da duplicação do IP5, na sequência do anúncio do ministro das Obras Públicas de aquela via terá portagens reais, alegando que os encargos anuais com as SCUT seriam superiores às dotações do Instituto de Estradas de Portugal (IEP).

No entanto, segundo explicou Junqueiro, as SCUT seriam "pagas ao longo de 30 anos, com pico nos anos 2008/2012, que poderia atingir cerca de 700 milhões de euros, uma verba perfeitamente comportável para o IEP, que tinha mais 1100 milhões de euros para investimento ainda no ano 2002".

O deputado socialista disse ainda não perceber o porquê de o Governo ter assumido o sistema SCUT no caso da

A23 (Guarda/Torres Novas) e da Via do Infante e agora não querer fazer o mesmo em relação à A25 (Vilar Formoso/Albergaria).

Federações socialistas em Salamanca

Entretanto, delegações das federações de Viseu, Aveiro e Guarda do PS deslocaram-se a Salamanca para participar numa reunião com o PSOE, com o objectivo de discutir um documento que nas suas linhas fundamentais procure evidenciar os problemas comuns à região de Castilla e León e os distritos portugueses envolvidos.

Ficou agendado um próximo encontro, a realizar em Portugal, onde será feita uma avaliação e redacção finais do documento orientador.



Pelourinho da República

"Há uma matriz, um *chip* que está dentro de mim: um governo, uma maioria, um presidente. Eu quero ganhar as próximas presidenciais".

Santana Lopes

Expresso, 14 de Fevereiro

"Eu acho que o Presidente deve saber ouvir, deve saber sorrir, puxar pelo optimismo do país."

idem

"Um livro muito útil para fazer a história dos tempos passados de Portugal"

Santana Lopes sobre a autobiografia de Cavaco Silva

idem

"Se o professor Cavaco tomar em tempo a decisão de se candidatar, não haverá disputa (...) Neste momento o mais natural é a recandidatura a Lisboa."

Santana Lopes

idem

"O túnel, a rua da Madalena, a nova feira popular, as piscinas (finalmente!), prédios recuperados, etc. É tanta obra! Vem aí muita medida. Vai ser um caleidoscópio."

Santana Lopes sobre Lisboa

idem

"Não comento vichyssoises."

Resposta de **Santana Lopes** sobre um jantar

em casa de Marcelo Rebelo de Sousa

idem

"Não falo sobre José Luís Arnaut."

Resposta de **Santana Lopes** quando o jornalista o interrogou

sobre a descoordenação política no governo

idem

"Se eu seguisse os conselhos do pregador de domingo atirava-me ao Tejo."

Santana Lopes sobre Marcelo Rebelo de Sousa

TSF, 17 de Fevereiro

"O CDS é um partido firme nas convicções e moderado nas soluções".

Idem

"A esquerda prepara uma manifestação para o 11 de Março, o dia em que deram cabo da nossa economia. Nós temos memória"

Paulo Portas

SIC-Notícias, 17 de Fevereiro

"A não ser a morte, nada, rigorosamente nada, será capaz de me impedir de ser o próximo presidente da câmara de Amarante."

Avelino Ferreira Torres

Público, 6 de Fevereiro

"Não sabia que numa rádio católica aceitavam pessoas com tão poucas maneiras. Mas você é muito bonita. Se tivesse que fugir com alguém escolhi-a a si".

Avelino Ferreira Torres dirigindo-se a uma jornalista da Renascença

Público, 6 de Fevereiro

CRIADA A PRIMEIRA FEDERAÇÃO DO PS NO BRASIL

Num encontro realizado em S. Paulo, foi criada a primeira Federação do PS no Brasil.

A Federação do PS no Brasil foi fundada por 16 secções espalhadas pelo País, nomeadamente nas cidades de São Paulo, Araraquara, Barueri, Santos, Campinas, Franca, Ribeirão Preto, Praia Grande, Belo Horizonte, Ouro Preto e Rio de Janeiro.

No congresso fundador, em que participaram os deputados Carlos Luis, director do Departamento de Emigração do PS e principal impulsionador deste projecto, Rui Cunha, membro do Secretariado Nacional do PS, e Alberto Antunes, presidente da Federação de Setúbal, foram eleitas a Comissão Política, o Secretariado-Geral e a

Comissão das Finanças.

Durante a sua estada no Brasil, os deputados socialistas mantiveram contactos com representantes das instituições associativas da comunidade portuguesa na região metropolitana de S. Paulo, para divulgar o programa Assistência Social de Idosos Carenciados (ASIC), criado durante o último Governo socialista

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

GENUINAMENTE EUROPEÍSTAS

O PS apresenta-se à próximas eleições ao Parlamento Europeu com o programa "mais coerente e mais genuinamente europeísta", ao contrário do PSD, que está a "abandonar as suas bandeiras de sempre" em virtude da sua crescente colonização ideológica pelo PP, garante Guilherme d'Oliveira Martins.

Em entrevista ao "Acção Socialista", o deputado socialista é peremptório em considerar que a "Estratégia de Lisboa está a ser traída" pelas erradas políticas económicas seguidas pelos governos de direita. Para a Europa defende uma política moderna "centrada nas novas gerações" dispostas a correrem riscos e a assumirem um novo contrato social. Tendo sido um dos representantes portugueses à Convenção Europeia que elaborou o projecto de Constituição, Guilherme d'Oliveira Martins admite que a Convenção ficou "aquém do desejável" no capítulo da segurança e defesa, e destaca a matéria do financiamento como a "mais frustrante". Por outro lado, ao nível institucional, não sendo possível, no imediato, uma segunda câmara no Parlamento Europeu, defende então a criação de um Conselho Legislativo. E em relação à Comissão, este antigo ministro socialista afirma que se deve evitar a "criação de um colégio sem coesão e a funcionar a partir dos vários egoísmos nacionais".



Qual a importância que têm para o Partido Socialista as eleições de 13 de Junho para o Parlamento Europeu?

As eleições para o Parlamento Europeu constituem um teste fundamental à vitalidade democrática do País. O Partido Socialista representa a alternativa de governo e é indispensável que obtenha um bom resultado nestas eleições de 13 de Junho, às quais se apresenta com o programa mais coerente e mais genuinamente europeísta. Ao contrário da coligação do Governo, o PS defende com entusiasmo um projecto de futuro que acredita nas potencialidades de Portugal e se propõe defender uma política audaz no coração da Europa moderna. Uma Europa social, que deve demarcar-se de uma lógica de fundamentalismo do mercado, precisa de um voto inequívoco nos socialistas e nos sociais-democratas, numa palavra, numa política moderna de centro-esquerda.

A coligação de direita é contranatura, não só porque o PSD ignora o anti-europeísmo do PP, como o PP não se incomoda de ir a eleições com um partido cujo líder até já professou o federalismo. Não será isto a negação das convicções e até da essência da política?

A coligação é contranatura. Basta ouvir os militantes europeístas que apoiam o Governo. O que mais nos deve preocupar é a colonização crescente que o PP exerce sobre o PSD. Não tenho dúvidas de que o tema europeu é um dos que revela com maior nitidez a contradição. O Partido Popular Europeu, em que o PSD se integra, mas onde está também o sr. Berlusconi, vive uma grave crise. Está a abandonar as suas bandeiras de sempre

em matéria europeia. Isso tem, para já, consequências: a primeira, tem a ver com a fragilidade e a incoerência do projecto para a Europa - muito longe das heranças políticas de Schuman, Adenauer e De Gasperi; a segunda, com o facto de ficar hoje patente que a tradição europeísta dos pais fundadores, foi renovada por uma forte componente social e assumida pelo Partido dos Socialistas Europeus.

Que impacto terá o alargamento a 10 países no funcionamento da União Europeia?

O impacto é extraordinário. Antes do mais, a União Europeia ganha uma nova natureza, a de uma Comunidade de Estados e Povos livres e soberanos com três objectivos fundamentais: criação de um espaço de segurança e de paz, consolidação de um projecto comum de desenvolvimento sustentável e de coesão económica, social e territorial, e preservação da diversidade cultural. Com 25 ou 30 membros, a União Europeia terá de ser uma comunidade plural de destinos e valores, capaz de partilhar a soberania comum e possuindo vários círculos de responsabilidades, segundo a vontade expressa de todos. Economias como a portuguesa poderão encontrar novas oportunidades de desenvolvimento, desde que não se perca tempo e desde que haja estratégia, ideias e objectivos muito claros.

Que desafios se colocam a Portugal com a adesão de 10 países com grandes necessidades estruturais?

Há novos mercados, acessíveis para os nossos bens e serviços, que têm de ser devidamente aproveitados e há diversas formas de cooperação, nas áreas do conhecimento e da inovação, que devem

ser aprofundadas. Há as dificuldades inerentes às políticas de coesão económica, social e territorial, por isso é indispensável apostar no método comunitário e nas propostas da Comissão, sendo mais audaciosos no tocante ao governo económico e à coordenação das políticas de crescimento, de desenvolvimento e de inovação. Era insustentável uma Europa sem alargamento depois da queda do Muro de Berlim. O desafio que se nos coloca agora é o de não podermos perder tempo, sobretudo nos futuros Estados-membros com mercados acessíveis aos produtos portugueses.

Numa União a 25, que aliados poderá ter Portugal para fazer valer os seus pontos de vista ao nível comunitário?

Os nossos melhores aliados deverão ser as instâncias da União que representam o método comunitário. Para contrariar o perigo de um directório de países grandes, precisamos de mais Europa política e de mais decisões por maioria qualificada. Sem Europa política haverá a lógica intergovernamental, que só prejudica países como Portugal. O reforço do nosso lugar económico e político na Península Ibérica, sem complexos, depende das nossas ligações à Europa atlântica e ao Mediterrâneo. Se tivermos uma posição defensiva, perderemos.

Quais os inconvenientes e vantagens de uma Europa a 25 Estados no contexto da globalização?

A mundialização determina a crescente importância dos fenómenos de integração regional, de que a União Europeia é o caso mais avançado do mundo. Nesse sentido, a União a 25 ou a 28 constitui

Uma Europa social, que deve demarcar-se de uma lógica de fundamentalismo do mercado, precisa de um voto inequívoco nos socialistas

um facto natural inevitável depois de 1989. A solidariedade com as novas democracias do centro e do leste europeus é fundamental para a criação do espaço de segurança e de paz. A vantagem maior está no equilíbrio da balança da Europa. Inconvenientes e riscos, naturalmente que não podem ser esquecidos - a União tem de compreender que o esforço no sentido da coesão económica, social e territorial é mais exigente e difícil. Por isso, devemos criar condições para que haja cooperações reforçadas coerentes, aceites por todos, e capazes de reforçar a solidariedade e o desenvolvimento, a competitividade e a coesão no continente...

Uma das dimensões que tem falhado na construção europeia tem sido a da segurança e defesa. Numa Europa alargada em que os interesses geoestratégicos nem sempre são convergentes, e com o problema do terrorismo no horizonte, não será ainda mais difícil conseguir esse objectivo?

É um dos pontos em que a Convenção

ficou muito aquém do desejável. A unanimidade e o veto não facilitarão a criação de um projecto coerente de paz, segurança e defesa. É preciso compreendermos duas coisas - há um vazio no campo estratégico ocupado tradicionalmente pela OTAN; e falta uma parceria entre iguais euro-atlântica, como a que foi preconizada por John Kennedy. Eis porque precisamos de maior audácia. Os Estados Unidos e os dois Estados europeus com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas têm de reorientar a sua acção num sentido de complementaridade e não de concorrência, aliás impossível. Felizmente os candidatos presidenciais no campo democrático, e em especial John Kerry, puseram este tema na agenda norte-americana.

Em relação à criminalidade transfronteiriça, o PS defende a existência de uma Procuradoria Europeia. Qual é o alcance que se pretende com a criação deste órgão comunitário?

A ordem jurídica comunitária europeia tem de dispor de meios e instrumentos aptos a promover a segurança e a combater todas as formas de criminalidade e de terrorismo. No âmbito do espaço de liberdade, segurança e justiça, os cidadãos têm de ter confiança no sistema, podendo recorrer a instâncias que garantam o respeito dos direitos fundamentais.

Outro problema com que a Europa se confronta prende-se com a imigração em grande escala e com a existência de redes de tráfico de imigrantes. Os governos de direita tem vindo a tratar a problemática através da introdução de quotas.



Considera ser este o melhor meio para responder a tão complexa questão?

As quotas sem mais não resolvem. É preciso haver políticas de inclusão e de apoio ao desenvolvimento dos países onde provêm os fluxos migratórios, por outro lado tem de haver um combate às redes de tráfico de imigrantes. A sociedade democrática europeia deve ser rigorosa e hospitaleira. O cerne do problema está na política de coesão e de combate à exclusão.

Neste mar de problemas, a Europa tem ainda por resolver a questão da Constituição. Do seu ponto de vista qual seria o texto ideal que salvaguardasse os direitos dos cidadãos europeus e a representatividade dos Estados?

O Conselho Europeu de Bruxelas aceitou a maior parte do Tratado para uma Constituição da Europa saído da Convenção. Isso não tem sido dito. Muita gente julga erradamente que o texto da Convenção não foi aceite. Temos, pois, um texto de base que constitui um avanço significativo em relação à situação actual. Devem ser preservadas as vantagens adquiridas: reforço da cidadania europeia, reconhecimento da personalidade jurídica da União, simplificação, maior clareza do texto constitucional, carácter vinculativo da Carta Europeia dos direitos fundamentais, definição das competências próprias da União, concretização do princípio da subsidiariedade, reafirmação do método comunitário, abertura de um maior campo para o controlo dos parlamentos nacionais. Falta a definição da estrutura de poder. Continuo a defender que o reforço do Parlamento Europeu passa pela criação

A saúde da economia europeia depende não de uma lógica negativa de cortes, mas da ligação entre rigor e consciência social

de uma segunda câmara, representativa dos Estados. Talvez ainda seja cedo, mas para mim é uma urgência. Para já deve haver um Conselho legislativo aberto, com reuniões públicas, antecipando o método senatorial. Quanto ao Conselho Europeu, a solução que está sobre a mesa é aceitável, pois não há conflito de poderes executivos com a Comissão. Quanto à Comissão deve evitar-se a criação de um colégio sem coesão e a funcionar a partir dos vários egoísmos nacionais. Quanto ao poder de voto – a questão que está na base do impasse actual – deve partir-se de antes de Nice, tentando criar uma solução equilibrada,

através da convergência de uma dupla maioria (de votos ponderados e de Estados), que deve aproximar-se da fórmula 50/50.

Do seu ponto de vista como vai acabar o actual braço-de-ferro entre a Comissão que propõe que as próximas perspectivas financeiras tenham um tecto de 1,24 por cento do PIB comunitário, e um grupo de países contribuintes líquidos que não quer ir além de um por cento?

A carta dos seis contribuintes líquidos é uma demonstração da crise europeia actual e da falta de visão de muitos dos

seus dirigentes. Quando se procede ao alargamento é absurdo reduzir o peso das despesas em relação ao produto. A prazo essa miopia pagar-se-á muito caro em fragmentação e em ausência de solidariedade. Foi esse o ponto – o do financiamento e dos recursos próprios – mais frustrante na Convenção. A Comissão tem razão e vai obter algum ganho de causa. Mas precisamos de maior audácia. Os especialistas que se têm debruçado sobre este tema (por exemplo, Dominique Strauss-Kahn) chegaram à conclusão de que além da necessidade da coordenação das políticas económicas e orçamentais é necessário caminhar-se para um maior nível de despesas no Orçamento da União, que deverá aproximar-se dos 3 por cento.

Ao nível científico e tecnológico, e dada a fraca implementação da “Estratégia de Lisboa”, não estará a União a correr o risco de não conseguir ombrear com os Estados Unidos em termos de desenvolvimento?

A Estratégia de Lisboa, que liga competitividade e coesão, concorrência e inovação, articulando os processos de Luxemburgo, Colónia e Cardiff, exige coordenação das políticas económicas e orçamentais e o governo económico. Daí a necessidade de se avançar nas despesas comuns, nos recursos próprios e no federalismo fiscal. A carta dos seis augura um caminho negativo nesta matéria. Para a União Europeia ser a economia mais competitiva com base na inovação e no conhecimento até ao ano 2010 temos de arrear caminho. Delors e António Guterres têm chamado a atenção para a miopia actual. Ambos têm razão, e é pena que não sejam ouvidos. Ambos disseram que a saúde da economia europeia depende não de uma lógica negativa de cortes, mas da ligação entre rigor e consciência social...

Portugal foi um dos países que se atrasou na implementação da “Estratégia de Lisboa”. Não acha que esse facto cria uma desvantagem competitiva numa altura em que as palavras de ordem na UE são menos betão e mais sociedade de informação e desenvolvimento sustentado?

A Estratégia de Lisboa está a ser traída. Os efeitos serão gravíssimos, em fragmentação social e em atraso – não só em Portugal, mas na Europa. Há uma ideia errada de reformas económicas centrada no esquecimento da coesão social, da qualificação das pessoas e do apoio a centros de racionalidade. Veja-se que a educação, a formação e a investigação científica e tecnológica voltaram na prática a ser parentes pobres. Ninguém parece interessar-se com a criação de novas políticas públicas e de um Estado moderno, preocupado com a sustentabilidade do financiamento de novas políticas sociais. Ao vazio de ideias da direita política, dividida entre o populismo e uma tecnocracia retrógrada, temos de saber contrapor uma política moderna, europeia, centrada nas novas gerações dispostas a correr riscos e a compreender que um “novo contrato social” exige uma ideia de serviço público e de ética de responsabilidade.



As políticas dos governos socialistas conseguiram que Portugal integrasse na primeira hora a moeda única europeia. Para este grande momento de afirmação nacional contribuiu fortemente Guilherme d'Oliveira Martins

AS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS DA UE E A AGENDA POLÍTICA INTERNA

O Presidente Romano Prodi apresentou as novas perspectivas financeiras da Comissão para o período de 2007-2013 através de um discurso que subordinou à ideia "de construção de um futuro comum". Considerando que o projecto financeiro de qualquer organização deve exprimir, concretamente, os seus princípios de base e tendo em conta que o principal desses princípios base na UE é a solidariedade entre os cidadãos e os Estados-membros — que só se combate pela transferência de recursos dos países mais ricos para os países e regiões mais pobres — a Comissão propõe um orçamento comunitário reforçado em cerca de 31 por cento, relativamente ao actual.

Sintomaticamente, Romano Prodi considera que o princípio da solidariedade tem basicamente três motivações: coerência, justiça e oportunidade.

A coerência suporta o desenvolvimento sustentável que constitui o objectivo central das políticas futuras.

A justiça assegura a participação, numa base de igualdade, de todos os Estados-membros, independentemente da sua dimensão, na construção comum de uma Europa em crescimento.

A oportunidade é determinante, porque as políticas contra as desigualdades de desenvolvimento entre regiões, países e estratos sociais, são elas próprias, instrumentos indispensáveis para o crescimento económico e social do conjunto das regiões que constituem a União Europeia.

Ao assumir a coesão e as suas políticas de uma forma estruturante e amiga do desenvolvimento, a Comissão afasta-se das teses assistencialistas que, por vezes, afloram no discurso dos países mais poderosos, incapazes de perceberem, muitas vezes, que os principais beneficiários da despesa pública comunitária são as suas próprias economias.

Favorecer o desenvolvimento sustentável, traduzir na prática o conceito de cidadania europeia e reforçar o papel da União como protagonista na cena mundial são, pois, as três grandes prioridades que o executivo da União propõe ao Parlamento e aos Estados-membros.

Estas prioridades exigem naturalmente recursos financeiros acrescidos (a proposta da Comissão, vai nesse sentido), mas exigem também a melhoria da eficácia da despesa que passa por uma diferente articulação dos eixos estruturantes dessa despesa.

Por isso é agora proposto um volume de recursos financeiros, que no período considerado pode ultrapassar em compromissos os 1.010 biliões de euros (1,24 do PNB da UE) distribuídos segundo cinco eixos fundamentais com destaque para o objectivo do crescimento sustentável (pela via da competitividade para o crescimento do emprego ou através das políticas de coesão), para o objectivo de preservação e gestão dos recursos naturais e para o objectivo da cidadania, liberdade, segurança e justiça.

Este envelope financeiro permitirá, se aprovado, atingir um nível de pagamentos que em média significará 1,15 por cento do PIB da União, o que deve ser comparado com um valor inferior a 1 por cento que é o actualmente gasto com as políticas comunitárias.

Embora a margem de manobra da alteração de objectivos e prioridades seja limitada (80 por cento da despesa orienta-se para as políticas agrícola e estruturais) a nova abordagem política da Comissão para a utilização dos recursos parece francamente positiva e defensável.

É claro que este processo só agora se inicia, sendo certo que a última palavra será definida por decisão do Conselho e, sabe-se que, no seio deste, subsistem posições de alguns Estados-membros que sustentam a impossibilidade de aumentar a fatia percentual dos recursos actuais.

Está-se pois na iminência de um confronto entre a Comissão Europeia, órgão que pela sua própria natureza apresenta uma visão comunitária, e o Conselho, onde subsiste predominantemente uma opção política que favorece a decisão intergovernamental.

A dificuldade na discussão sobre as próximas perspectivas financeiras irá demonstrar como foi errado travar o processo de aprovação de uma Constituição Europeia e, provavelmente, demonstrará que alguns dos Estados-membros que mais contribuíram para o impasse, acabarão por ser prejudicados pelo "vazio institucional" assim criado.

Esta não é uma discussão neutra para Portugal, não sendo indiferente para a nossa economia a natureza e dimensão da opção financeira que venha a ser aprovada.

Com a proposta da Comissão, o nosso país manterá um nível de apoios comunitários ligeiramente inferior ao do que dispôs no actual quadro comunitário (um valor entre os 23.000 e os 25.000 milhões de euros), o que se for concretizado, permitirá relançar as políticas públicas indispensáveis para o nosso desenvolvimento.

Portugal usufruiu entre 1993 e 2002 de um apoio financeiro equivalente a 5 por cento do total da despesa da União Europeia, o que nos coloca, no plano absoluto, no 8º lugar dos países mais beneficiados, mas que corresponde ao 5º lugar, se analisarmos esses apoios em correlação com o valor do PIB nacional por habitante. Foi, aliás, com o apoio das ajudas comunitárias que o nosso país sustentou entre 1990 e 2004 um crescimento médio anual de 2,2 por cento, razoavelmente superior à média comunitária.

Só que, também no plano nacional, não basta ter recursos; é preciso ter ideias e ter políticas ao serviço das pessoas e do seu desenvolvimento.

Ora se a coesão é uma questão de oportunidade para o todo europeu ela é ainda mais fundamental e decisiva para o desenvolvimento nacional.

As ajudas da União não podem ser optimizadas com o uso sistemático de políticas contra as pessoas e as regiões mais desfavorecidas que têm sido a imagem de marca do actual Governo.

Também por isso a mudança é indispensável e tal pode já começar a concretizar-se nas próximas eleições europeias.

Por isso, a agenda política interna deve ser plenamente discutida nestas eleições para que possam ser avaliadas as realizações do Governo e as suas opções.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

SÉRGIO SOUSA PINTO

APROVADOS DOIS RELATÓRIOS SOBRE COMBATE À IMIGRAÇÃO ILEGAL NA EUROPA

Dois relatórios sobre questões relacionadas com o combate à imigração ilegal na Europa, da autoria do eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, foram aprovados na semana passada por larga maioria na Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu.

Os relatórios referem-se a dois acordos recentemente negociados pela Comissão Europeia, um relativo ao Acordo entre a Comunidade Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) respeitante à readmissão de imigrantes ilegais e o outro, sobre o Memorando de Entendimento entre a Comunidade e as autoridades da República Popular da China, sobre os vistos dos grupos de turistas oriundos daquele país asiático.

Para o eurodeputado socialista, trata-se de uma matéria de especial interesse para o nosso país, em virtude dos laços históricos que unem Portugal a Macau. Segundo afirma, o objectivo do compromisso negociado com a RAEM é criar uma base de reciprocidade e procedimentos rápidos e eficazes para a identificação e regresso das pessoas que não preenchem ou deixaram de



preencher as condições em vigor para a entrada, permanência ou residência nos territórios da RAE de Macau ou de um Estado-membro da União, facilitando o trânsito dessas pessoas num espírito de cooperação.

Já em relação ao segundo relatório votado, Sousa Pinto destacou "a abertura sem precedentes das autoridades chinesas em relação a uma regra de readmissão", facto que poderá permitir, no futuro, a existência de um verdadeiro acordo de readmissão entre a UE e a China. Refira-se que, com o Memorando de Entendimento sobre os vistos de grupos de turistas chineses — que substitui os anteriores acordos

bilaterais com diversos países da UE —, as agências de viagens encarregadas de gerir os pedidos de visto ficam obrigadas, por exemplo, a comunicar qualquer turista que falte no grupo ou que não tenha regressado à China, com vista ao seu repatriamento.

Sérgio Sousa Pinto apoia esta iniciativa, mas defende que a Comissão Europeia "deve procurar incluir a questão dos acordos de readmissão num quadro global de gestão dos fluxos migratórios, reequilibrando a função repressiva dos mesmos com formas mais positivas de acolhimento dos trabalhadores de países terceiros".

CARLOS LAGE

UNIÃO VAI MELHORAR BASES CIENTÍFICAS DA PESCA

O Parlamento Europeu aprovou, na última reunião plenária de Estrasburgo, o relatório do eurodeputado socialista Carlos Lage sobre a melhoria das bases científicas da Política Comum da Pesca (PCP). O documento, que teve por base um conjunto de propostas da Comissão Europeia, visa dar resposta a questões como a fiabilidade e a importância dos dados científicos para a tomada de decisões ao nível da gestão das pescarias e da preservação dos recursos dos mares. Carlos Lage considera que as medidas sobre pescas baseadas na fundamentação

científica têm um impacto socioeconómico considerável sobre as comunidades pesqueiras, razão pela qual "é fundamental a melhoria da sua qualidade". Por outro lado, o eurodeputado refere no seu relatório que "as necessidades de assessoria da UE neste domínio são ainda insatisfatórias, pelo que se devem buscar novas soluções que colmatem as lacunas detectadas".

O eurodeputado socialista considera necessário, por exemplo, que haja um estreitamento de relações entre a indústria pesqueira e a ciência, por forma a que "cessem de uma vez por todas as habituais

divergências sobre o estado de conservação das principais espécies. Importante seria também a integração de ambas as vertentes num órgão conjunto de dimensão europeia, e ainda que os cientistas "passassem a viajar a bordo dos navios, para assim poderem desenvolver directamente as suas investigações nas zonas de pesca".

Ao nível do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), cujo papel deveria ser acentuado, Carlos Lage defende o reforço de meios através da contratação directa de peritos.

COMISSÁRIA LOYOLA PALÁCIO

AGÊNCIA MARÍTIMA AINDA PARADA POR CULPA DO GOVERNO PORTUGUÊS

A Agência Europeia de Segurança Marítima não se encontra ainda a operar em Portugal devido a dificuldades das autoridades portuguesas relacionadas com a instalação da futura sede, disse na última sessão plenária do Parlamento Europeu a comissária Loyola de Palácio, responsável pelas Transportes, na sequência de uma intervenção do eurodeputado socialista Paulo Casaca.

Durante um debate sobre o reforço das competências da Agência Europeia de Segurança Marítima, o eurodeputado con-

siderou que está mais que provado que não são apenas casos como os do "Prestige" ou do "Erika" que preocupam os cidadãos, mas também "os milhares de navios que todos os anos poluem as nossas águas em atentados ambientais inadmissíveis", sem que os Estados-membros consigam evitá-los.

O eurodeputado lamentou a timidez de algumas propostas da Comissão Europeia para esta área e lembrou que os cidadãos europeus precisam de saber quando é que na Agência de Segurança Marítima "se

irá acabar com este escândalo da poluição permanente". Para Paulo Casaca, impõe-se saber "quando iremos ter regras diferentes para o tráfico marítimo", alertando para que não se ceda "às lógicas conservadoras que passam a vida a pensar em termos do poder relativo dos Estados-membros e esquecem o que realmente interessa aos cidadãos".

Paulo Casaca defendeu que a União precisa de criar uma guarda costeira europeia, de forma a assegurar eficazmente a segurança marítima e o combate à poluição das mares.

SEMINÁRIO NA FEDERAÇÃO DISTRIAL DO PORTO

APRESENTADO NO PORTO IDEÁRIO EUROPEU DO PS

São mais de uma dezena os pontos essenciais do ideário do Partido Socialista para as próximas eleições europeias de 13 de Junho. O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, aproveitou o encerramento de um seminário no Porto para os anunciar, dizendo que as próximas eleições são fundamentais para que os portugueses possam dizer o que pensam da governação de direita, que paralisou o País e tem posto em causa a continuidade dos investimentos que ficaram da anterior legislatura, isto já para não contar com o desemprego galopante que aflige cada vez mais famílias portuguesas.

"Porto, Portugal e a Europa" foi tema do debate organizado conjuntamente pela delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu e pela Federação do Porto. Na sua intervenção, Ferro Rodrigues começou por referir que foi sempre o PS quem esteve nos combates decisivos por uma Europa mais unida, coesa e justa.

Para o Partido Socialista, a União deve ter capacidade suficiente para financiar o alargamento a mais dez países com grandes necessidades estruturais e não adoptar soluções minimalistas que põem em causa o aprofundamento das políticas comuni-

tárias e a coesão económica e social.

Ferro Rodrigues considerou que cabe a todos, mas acima de tudo aos socialistas, defender a "Estratégia de Lisboa" sem distorções dos seus objectivos, porque não se pode sacrificar o modelo social europeu em nome de valores que prejudicam o emprego e o crescimento com base na inovação e no conhecimento.

O PS é também um dos partidos que está na vanguarda na tomada de posições sobre a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo já apresentado propostas sérias e profundas que poderiam torná-lo mais flexível e permitir o crescimento económico.

Igualmente importante para o PS é a defesa dos valores do mundo rural, de forma a que se evite o êxodo dos campos para as cidades, se valorizem os recursos endógenos e se adaptem práticas agrícolas amigas do ambiente.

Uma posição forte no mundo da União Europeia, a defesa de um desenvolvimento sustentado no respeito pelos direitos sociais e pelo ambiente e uma maior aproximação entre os Estados-membros a nível da justiça e dos assuntos internos, são outras posições assumidas pelo PS.



"O dia 13 de Junho é o momento em que os portugueses terão a sua oportunidade para ajustar contas com este Governo, que tem mentido aos portugueses e os continua a enganar dizendo que o pior já passou e que anda a fazer reformas", afirmou Ferro Rodrigues.

Apostar nos nossos recursos

Intervindo imediatamente antes, o líder da federação distrital, Francisco Assis, recordou a reunião histórica que se realizou

no âmbito da campanha "Europa Conosco", que levou ao Porto os principais líderes europeus e deu um grande impulso para que Portugal fizesse o seu caminho de aproximação à Comunidade Económica Europeia.

"Quando estamos a travar um combate pela Europa, estamos a travar um combate por Portugal e pelas nossas ideias profundas", disse Francisco Assis.

Durante a manhã, o debate decorreu essencialmente em torno dos problemas de desenvolvimento do Porto e das

questões relacionadas com a constituição das Comunidades Urbanas e Áreas Metropolitanas e da regionalização, a qual foi defendida por alguns dos oradores, como Narciso Miranda. Intervieram também Vieira da Silva, Carlos Lage, Alberto Martins, Manuela de Melo, Nuno Cardoso, Henrique Fernandes e António Babo.

Da parte da tarde, João Cravinho abordou os desafios que a economia regional, nacional e europeia enfrentam, defendendo que é fundamental agora investirmos naquilo que de mais importante temos, que são os nossos recursos, apostando na elevação das qualificações e na inovação. "Temos de ter uma ambição para a ciência e tecnologia para daqui a vinte anos", afirmou o deputado.

Também o eurodeputado Manuel dos Santos considerou que "a 'Estratégia de Lisboa' é a resposta que neste momento tem de existir na Europa ao fenómeno da globalização, que nenhum país é capaz de enfrentar sozinho".

Intervieram ainda Augusto Santos Silva, Elisa Ferreira, Manuel Braga da Cruz e Jorge Bateira. Os debates da tarde foram moderados por Fernando Gomes e Mário de Almeida.

PP

DEBATE NA FAUL

UNIÃO É O MELHOR INSTRUMENTO PARA REGULAR A GLOBALIZAÇÃO

Para os socialistas, a União Europeia é o melhor instrumento para combater uma globalização que afecta o nosso quotidiano e as políticas dos Estados, afirmou o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto num debate realizado sexta-feira, em Lisboa, sobre a Europa e a globalização, organizado pela delegação socialista portuguesa do Parlamento Europeu e pela Federação da Área Urbana de Lisboa do PS. Numa sala cheia, Sérgio Sousa Pinto e o presidente da Federação, Joaquim Raposo, foram os principais oradores,

já que o eurodeputado Mário Soares não pôde estar presente, como inicialmente estava previsto.

Para Sérgio Sousa Pinto, só a União Europeia é capaz de agir no funcionamento económico do mundo e na distribuição de riqueza, já que, individualmente, os Estados estão cada vez mais impotentes para enfrentar esse fenómeno avassalador chamado globalização.

E se não houver mecanismos de regulação eficazes é o próprio modelo social europeu que fica em risco o que,

para os socialistas, é inaceitável. É que o efeito da globalização é indiferente aos princípios do humanismo e de justiça, e da coesão económica e social que se foi estruturando desde o pós-guerra.

Entre os principais desafios que se colocam à Europa, o eurodeputado referiu uma política de imigração justa e que saiba ir ao encontro da necessidade de inverter o declínio geracional e manter os padrões de vida dos europeus, a criação de uma coordenação das políticas económicas orientadas para o

crescimento e o pleno emprego e a regulação da globalização através da União Europeia.

Joaquim Raposo abordou a importância das próximas eleições europeias, fazendo um apelo à mobilização, já que importa denunciar "a política desastrosa deste Governo de direita".

O presidente da FAUL defendeu uma Constituição europeia e considerou que a "Estratégia de Lisboa" identifica a Europa que os socialistas pretendem: com mais emprego e coesão social.

MANUEL DOS SANTOS

ACTIVIDADE DAS SOCIEDADES DE RISCO DEVE SER REGULADA

A actividade de empresas auditoras como a Standard & Poor e a Moody, e de todas as chamadas sociedades de notação de risco deve ser objecto de regulação ao nível da União Europeia, defendeu o eurodeputado Manuel dos Santos, na última sessão plenária de Estrasburgo.

Segundo o eurodeputado, o trabalho desenvolvido por este tipo de agências tem-se orientado crescentemente para o interesse público, acentuando-se assim a necessidade de uma salvaguarda mais eficaz da sua actividade. A este propósito, Manuel dos Santos lembrou o recente exemplo da Parmalat, empresa que obteve uma boa classificação por parte de uma agência de notação, dois dias antes de nela terem sido detectadas várias operações de natureza fraudulenta.

"Justifica-se, portanto, a introdução de organismos de regulação quanto às referidas sociedades", até porque "dos seus resultados e avaliações depende, hoje em dia, e elegibilidade dos activos financeiros para certo tipo de aplicações que aproveitam à generalidade dos cidadãos", sublinhou o eurodeputado socialista. Na União, as chamadas agências de notação de risco estão fora da alçada das autoridades de regulação, ao contrário do que sucede nos Estados Unidos, "o que torna a situação insustentável", referiu o eurodeputado, "sobretudo quando este sector assenta basicamente em duas empresas a operar em regime de oligopólio".

Manuel dos Santos considerou ainda que a definição de regras à escala europeia permitiria aumentar a plena transparência da actividade das agências e possibilitaria a definição de melhores práticas, bem como o desenvolvimento da formação profissional e a criação de mecanismos de arbitragem e de solução de conflitos.

INTERNACIONAL SOCIALISTA ABRE DIÁLOGO COM A CHINA

A Internacional Socialista e o Partido Comunista da República Popular da China abriram o caminho para virem a cooperar no futuro, o que constitui um facto político da maior relevância, não só pela importância e peso da China a nível mundial, como pelo que significa o gesto de abertura demonstrado pelas autoridades de Pequim.

A decisão sobre estreitamento das relações decorreu de uma visita que uma delegação da Internacional Socialista realizou à China entre os dias 13 e 17 de Fevereiro, chefiada por António Guterres, e da qual faziam também parte o primeiro-ministro romeno, Adrian Nastase, os ex-



primeiros-ministros italiano e dinamarquês, Massimo D'Alema e Poul Rasmussen, respectivamente, o conselheiro diplomático

do presidente do Brasil, Aurélio Garcia e o senador australiano Peter Cook.

A visita é tanto mais relevante, quanto até ao final do Ano a IS tenciona apresentar uma proposta sobre a alteração do funcionamento e da estrutura das Nações Unidas, não podendo ignorar-se o peso da China no contexto de uma reforma do sistema de governação mundial.

A delegação chefiada por António Guterres encontrou-se com o presidente da RP da China, Hu Jintao e com o vice-ministro para as relações Externas do PC Chinês, Zhang Zhijun, tendo sido abordadas questões relacionadas com a defesa de uma globalização mais humanizada e justa, bem

como a necessidade de proceder a uma reforma das Nações Unidas.

Ambas as partes manifestaram a convicção de que apenas numa perspectiva multilateral será possível promover a paz, a segurança colectiva e o desenvolvimento sustentável.

A Internacional Socialista e a RP da China acordaram em manter o diálogo sobre temas relacionados com a democracia, direitos humanos, direitos sociais e minorias étnicas.

Aproveitando a sua estada na China, António Guterres proferiu na Universidade de Pequim uma conferência sobre a globalização.

UNIVERSIDADE EM VISEU

CONFUSÃO DE AFIRMAÇÕES
E DESMENTIDOS

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior e a Câmara de Viseu andam de costas voltadas, tendo gerado uma situação de "total confusão" de afirmações e desmentidos, perante a qual José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal exigem a intervenção do primeiro-ministro.

Em causa estão as declarações do autarca de Viseu que, em Janeiro passado, anunciou a criação de dois estabelecimentos de ensino superior, e da ministra da tutela, que recentemente afirmou não ter em cima da mesa os processos relativos à criação da Universidade Pública nem à construção da Faculdade de Medicina.

Face ao manifesto contraditório, os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viseu exigem que Durão Barroso se pronuncie e diga quais as afirmações que são verdadeiras.

GALAMBA QUESTIONA GOVERNO
SOBRE FECHO DE ESCOLAS
NAS CALDAS DA RAINHA

O deputado do PS António Galamba quer saber quais as escolas do ensino básico do concelho das Caldas da Rainha que serão encerradas a partir de Julho de 2004, segundo anúncio do Governo PSD/PP.

Em requerimento dirigido ao ministro da Educação, António Galamba pretende também apurar em que locais serão localizados os centros escolares que integrarão as crianças das escolas dispersas a serem extintas e se os centros escolares serão constituídos tendo por base equipamentos já existentes ou se serão construídas novas escolas.

Sublinhando que a centralização do ensino básico e o consequente reordenamento da rede escolar implicará um aumento das necessidades de transporte escolar suportado pelas câmaras e, eventualmente, pelas juntas de freguesia, o parlamentar socialista pergunta ainda se existe alguma intenção do Governo em compensar as autarquias locais por este redobrado esforço e se está previsto algum programa especial de apoio à aquisição de viaturas.

Entretanto, num outro requerimento, o mesmo deputado quer saber se o Governo está em condições de confirmar o anúncio feito pelo presidente da Câmara das Caldas de financiamento comunitário para um vasto conjunto de projectos, entre os quais a construção de uma piscina oceânica, de um parque de estacionamento com mais de mil lugares na zona do antigo parque de campismo na Foz do Arelho, e o arranjo das margens da Lagoa de Óbidos, a construção de uma piscina, um parque de campismo e o arranjo da margem esquerda do rio, em Salir do Porto.

Gabinete de
Estudos

www.ge.ps.pt

DEPUTADOS DO PS QUEREM CONHECER
ESTUDOS SOBRE CANAIS ABERTOS
NOS AÇORES

Os deputados do PS eleitos pelo círculo dos Açores querem esclarecimentos sobre as condições da transmissão para as regiões autónomas de quatro canais de televisão em sinal aberto, anunciadas no dia 4 pelo ministro da Presidência, Morais Sarmento.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, os deputados Luís Fagundes e Medeiros Ferreira referem ter ficado com "algumas dúvidas acerca de certos aspectos políticos, técnicos e financeiros" da solução e perguntam em que estudos se baseou o Governo para garantir que o seu projecto terá um custo total de 10 a 12 milhões de euros, contra o pacote de cerca de 50 milhões de euros de investimento adicional e custos suplementares anuais de cerca de 12 milhões de euros de uma proposta do Governo anterior".

Por isso, pretendem saber se "o Governo está em condições de garantir que, em termos de benefícios e mais-valias para os utilizadores, a proposta que agora apresenta como muito mais barata é pelo menos tão boa como aquela que rejeita por afirmar ser muito mais cara". Os parlamentares querem igualmente



que o ministro especifique se o canal que não identificou, será disponibilizado pelo operador local de cabo além dos anunciados SIC, TVI e A Dois será a RTP, a RTP-Açores, ou "outro qualquer", e sublinham que os açorianos "nunca aceitarão prescindir" do Canal 1, nem tão pouco da RTP-Açores. Luís Fagundes e Medeiros Ferreira

perguntam ainda se o Governo está em "condições de garantir" que, quando for instalada a plataforma de Televisão Digital Terrestre no continente, o mesmo acontecerá nas regiões autónomas, de forma a que "os açorianos e madeirenses possam vir a ter acesso simultâneo aos mesmos serviços".

J. C. C. B.

JUSTIÇA

RETENÇÃO DE PAGAMENTOS DE TAXAS
E PARALISIA NA COBRANÇA DE CUSTAS
TÊM DE SER EXPLICADAS

O Governo tem que esclarecer devidamente a "paralisação" na cobrança de custas judiciais por parte dos tribunais cíveis e criminais, bem como a retenção de pagamentos em taxas de justiça às partes vencedoras em processos. Esta exigência socialista expressa num requerimento assinado por José Magalhães e Jorge Lácio e entregue no Parlamento no passado dia 12.

Os deputados socialistas colocam a hipótese de os pagamentos retidos em taxas de justiça — que têm de ser

devolvidos às partes vencedoras dos processos — estarem "confiados à Caixa Geral de Depósitos a render juros a favor do Estado".

Os dois parlamentares referem ainda que a partir de 19 de Dezembro último, "os oficiais de justiça foram obrigados a fazer as contas *on-line* através de um novo programa informático ligado ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça".

José Magalhães e Jorge Lácio alertaram para o facto de esse sistema informático

permanecer "ainda inoperacional, levando à acumulação nas secretarias judiciais de milhares de processos a aguardar que sejam feitas as contas".

Face a estes problemas, o PS quer que o Ministério da Justiça forneça ao Parlamento "informação oficial e completa sobre a situação", incluindo explicações sobre as causas das anomalias informáticas.

Os deputados socialistas exigem também esclarecimentos sobre as medidas que a tutela tenciona adoptar para "repor a normalidade a curto prazo".

EDUCAÇÃO ESPECIAL

AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS NAS ATRIBUIÇÕES
DE SUBSÍDIOS EM VIANA DO CASTELO

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viana do Castelo exigem que o Ministério do Trabalho explique as razões pelas quais num distrito onde as estatísticas oficialmente divulgadas acusam uma das mais elevadas taxas nacionais de crianças portadoras de deficiência, se verifica um baixo índice de atribuição dos subsídios de educação especial.

Fernando Cabodeira, Rosalina Martins e

Marques Júnior querem que a tutela esclareça os critérios utilizados na apreciação dos processos individuais por parte do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (CDSSS) de Viana que levaram ao indeferimento de 80 por cento dos apoios solicitados.

Os motivos pelos quais os técnicos do CDSSS privilegiam uns apoios em detrimento de outros e a habilitação

destes para interpretarem actos médicos são outras das questões colocadas, em requerimento, entregue na Assembleia da República no passado dia 12.

Recorde-se que o subsídio de Educação Especial, regulamentado por decreto-lei em 1981, prevê a compensação às famílias de acréscimo de encargos financeiros resultantes dos apoios individuais a crianças com necessidades educativas específicas.

SAÚDE

A GRANDE DESORÇAMENTAÇÃO

Contra o “endividamento no sector da Saúde” e os “atrasos nos reembolsos do IVA”, a bancada socialista apresentou um voto de protesto no Parlamento, denunciando ainda os sucessivos bloqueios do Governo e da maioria PSD/CDS-PP em relação à discussão destes assuntos.

“O Governo comunicou que não há consenso para discutir o voto de protesto”, afirmou o deputado socialista Hasse Ferreira, no passado dia 12, em declarações aos jornalistas, avisando que o PS vai “utilizar todos os meios, requerimentos e pedido de audições” para que estas matérias sejam esclarecidas na Assembleia da República e que tenciona continuar a abordar o tema da transparência orçamental nas várias comissões parlamentares.

O voto de protesto socialista criticava as “operações de endividamento no sector da Saúde” e acusava o Executivo de “acarretar grandes prejuízos aos cidadãos contribuintes e às empresas em virtude dos atrasos nos reembolsos do IVA obrigarem o Estado ao pagamento dos inerentes juros compensatórios”.

Segundo Hasse Ferreira, as “informações que têm vindo a público sem serem desmentidas” sobre contas da Direcção-Geral do Orçamento que “firam o tecto dos três por cento de défice, que a ministra das Finanças faz de conta que cumpre”, permitem constatar “uma gigantesca desorçamentação” em várias áreas,



Sem contabilizar o descalabro dos hospitais SA, as dívidas no sector de saúde em 2003 cresceram 30 por cento

nomeadamente no sector da Saúde.

A dívida total do sector, refere o documento apresentado pelo PS, “passou, segundo a Imprensa nacional, de 863 milhões de euros em 2002 para 1,2 mil milhões de euros em 2003 – um crescimento de 30 por cento, cerca de 375 milhões de euros, sem contabilizar as dívidas dos denominados hospitais AS”.

“Acréscimo que a ADSE mantém milhões de euros em dívida relativa a 2001, além de não ter pago a maioria da dívida de 2002”,

lê-se ainda no texto do voto de protesto, que aponta, igualmente, para o facto de, em 2003, “a desorçamentação ter atingido o auge”.

Atrasos de reembolsos em várias áreas

Os socialistas criticaram de igual modo que “os atrasos nos reembolsos do IVA” tenham colocado “muitas empresas perante enormes dificuldades” e tenham obrigado

o Executivo ao “pagamento de juros compensatórios aos contribuintes lesados, lesando com isso o próprio erário público”. “Estamos convictos de que isto é verdade. O Governo que diga que não é verdade e apresente outros dados e mostre que não quer fugir ao confronto”, desafiou o deputado do PS.

O PS analisou os dados da Direcção-Geral do Orçamento referentes ao mês de Dezembro e constatou que a receita de IVA “teve um acréscimo de cerca de 330

milhões de euros”, ou seja, “mais 52 por cento quando comparado com 2002, quando os valores acumulados até Novembro, e que eram de menos 78 milhões de euros, são um espelho bem mais verdadeiro da recessão em que o País foi mergulhado em 2003”.

Em Dezembro, a administração tributária processou apenas 153 reembolsos de IVA, referem as estatísticas da DGI, quando no ano de 2002, também segundo dados oficiais, se efectuaram um total de 38 907 reembolsos.

Joel Hasse Ferreira considera, a este propósito, que referidos dados vão plenamente ao encontro “das queixas de empresários e de associações representativas dos mais diversos sectores sobre os atrasos verificados nos reembolsos de IVA. O parlamentar considera estar-se perante “uma enorme manobra de desorçamentação”, acrescentando que desde o início do ano se acumulam indícios muito negativos na condução das Finanças Públicas, alguns dos quais citados pelos *media*.

Por último, no voto de protesto, os socialistas apelavam ao Executivo para que este atribuisse “prioridade absoluta à concretização de mecanismos de transparência e verdade financeira e orçamental, designadamente através da urgente implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública”.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

UMA JANELA ABERTA PARA A LIMITAÇÃO DE MANDATOS

O PS e a maioria parlamentar de direita convergiram, em sede de Comissão de Revisão Constitucional, quanto à introdução na Lei Fundamental da possibilidade de limitação dos mandatos.

Alcançado este acordo, estão criadas as condições para a regulamentação do referido princípio, apesar de ainda subsistirem divergências relativas aos períodos temporais.

O PS não está disponível para acolher mandatos com duração de cinco anos, defendendo que sejam apenas quatro. O deputado Alberto Martins esclareceu, em declarações ao “Acção Socialista”



que este passo abre uma janela para que o princípio de limitação de mandatos seja depois regulamentado em sede de lei ordinária. Mas este é apenas um aspecto de um processo de revisão que tem pela frente muitas discussões”, esclareceu.

Segundo Alberto Martins, espera-se agora que um novo consenso possa ser alcançado quando a Comissão Eventual de Reforma da Constituição abordar os artigos que se referem às regiões autónomas, matéria prioritária que o PS considera precisar de uma revisão urgente.

M.R.

ALTERAÇÃO AO CÓDIGO PENAL

ALARGAR ATÉ AOS 18 ANOS O LIMITE DE IDADE DOS CRIMES CONTRA CRIANÇAS

Alargar até aos 18 anos o limite de idade dos crimes considerados contra crianças, em conformidade com os conceitos jurídicos das Nações Unidas, é uma das alterações ao Código Penal defendidas pelos socialistas.

A posição do PS foi expressa no passado dia 11, na Assembleia da República, por

Vera Jardim, ex-ministro da Justiça, durante a discussão em plenário da proposta de resolução do Governo para a ratificação da Convenção da ONU sobre tráfico de mulheres e crianças.

O Código Penal português estabelece que os crimes contra crianças – como o tráfico, prostituição ou abuso sexual –

têm por limite os 16 anos de idade.

Além de pretender aumentar até aos 18 anos a faixa etária dos crimes contra crianças, Vera Jardim estranhou também o motivo que levou o Executivo a não apresentar em simultâneo, no Parlamento, o protocolo das Nações Unidas sobre tráfico de armas.

REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

BASTONÁRIO DOS ADVOGADOS SAÚDA PROPOSTA SOCIALISTA

O bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, saudou “entusiasticamente” o anteprojecto do Partido Socialista para a revisão do Código de Processo Penal por considerar as propostas nele contidas “globalmente muito positivas”.

As declarações de Júdice foram proferidas, no passado dia 10, após um encontro com o Grupo Parlamentar socialista que serviu para entregar o texto em causa.

O máximo representante dos advogados portugueses elogiou o esforço de “simplificação sem afectar os direitos fundamentais”.

O bastonário aproveitou para sublinhar que “neste momento a bola está apenas do lado do Governo”, afirmando esperar que “até ao final desta legislatura o Executivo tenha realizado as sete ou oito reformas essenciais na Justiça”, entre as quais, por exemplo, a revisão do Código Civil e das carreiras judiciais.



LISBOA: DESENHAR UM ENTENDIMENTO À ESQUERDA

Há algumas semanas o nosso camarada Filipe Costa veio ao "AS" lançar o debate sobre a estratégia a seguir para as próximas eleições autárquicas em Lisboa, defendendo a ideia de que o PS deveria apresentar-se sozinho, nomeadamente por causa da menor expressão eleitoral que o PCP tem hoje na cidade.

Eu permito-me discordar da estratégia e achar mesmo que se ela for seguida, o PS passa a favorecer a presença desta direita em mais altas instâncias do poder político em Portugal nos próximos anos.

A esquerda portuguesa atravessa uma profunda transformação que deriva ainda da derrota autárquica passada; da ressaca da demissão apressada do PS do Governo; da falência dos modelos comunistas de Leste, a que ainda não correspondeu uma renovação do PCP; do surgimento de uma expressão irreverente e acutilante de contestação intelectualizada e urbana, que se revê em larga medida no Bloco de Esquerda; e da reacção a uma frente populista de direita, que ameaça valores e direitos essenciais que julgávamos adquiridos.

Por tudo isso, o País está hoje à mercê duma coligação contranatura, sem cimento ideológico, que não esconde uma estratégia maquiavélica de ocupação continuada do poder e de ajuste de contas com os valores humanistas e solidários que resultaram do 25 de Abril. Do Parlamento ao Governo, das principais câmaras municipais aos governos regionais, das empresas públicas ao comissário europeu, da comunicação social pública à presidência da República, a direita coliga-se para dominar. Em face disto à esquerda colocam-se duas alternativas: ou se detem em lutas fratricidas de paróquia e abdica de todos os lugares de governo do Estado, ou se entende em torno de uma estratégia comum que derrote o frentismo populista da direita. Não há lugar, no meu ponto de vista, a uma terceira via.

Pergunta-se então se o PS deve estabelecer coligações pré-eleitorais com as forças à sua esquerda? Para responder a isso acho necessário reflectir sobre quais serão as matérias em que o PS pode encontrar entendimentos com as demais forças de esquerda. Passo a sugerir: ambiente, ordenamento do território, habitação, acção social, educação, ciência, justiça, saúde, cultura, desporto, juventude, património. . .

Existem ainda, no entanto, um conjunto de matérias, em relação às quais as nossas posições não encontram eco nas outras forças de esquerda, nomeadamente Europa, política externa, defesa, economia e finanças. Ao contrário do PS, as forças à nossa esquerda não aceitam o papel da economia de mercado, são cépticas em relação ao aprofundamento da Europa e rejeitam a nossa participação na NATO. Daqui resulta que há convergência de pontos de vista em relação às áreas que são do âmbito das

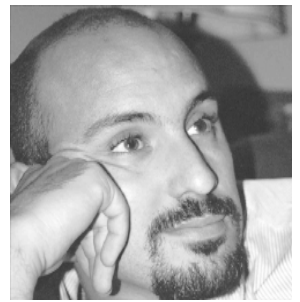
autarquias e da presidência da República, mas ainda não há em relação às matérias que são do âmbito do Governo ou do Parlamento Europeu.

Será que podemos estabelecer compromissos eleitorais ou mesmo coligações para algumas eleições específicas? Voltemos por instante aos princípios. O que nos deve interessar não é o poder, mas a capacidade. De fazer, de mudar e progredir. O poder é apenas o meio para materializar as políticas. Nessa medida, a nossa orientação não deve ser a conquista pura e simples do poder para nós, mas a sua conquista em nome da implementação de políticas humanistas, solidárias e modernas que diminuam os contrastes sociais, melhorando a qualidade de vida das populações. Sendo assim e assumindo o pressuposto anterior que em matéria de políticas de âmbito autárquico e presidencial, encontramos convergência nas forças de esquerda, parece-me evidente que deveríamos desenhar um entendimento para as próximas eleições autárquicas - nomeadamente em Lisboa - mas também para as presidenciais, apresentando-nos sozinhos às legislativas e europeias.

Que importância relativa é que teria cada partido? Seria de repetir o modelo das coligações em Lisboa? Diria que não. De facto a cidade e o mapa político é outro e portanto deve repensar-se o equilíbrio possível e alargar a base da coligação. Nessa medida as próximas eleições europeias funcionarão como verdadeiras primárias da esquerda, pré-hierarquizando as forças partidárias para as negociações que o futuro próximo reserva.

Coloca-se naturalmente a questão de saber quem é que deve negociar e decidir estas estratégias? Embora estatutariamente a designação dos candidatos autárquicos seja da competência das estruturas concelhias, parece-me evidente que as próximas eleições autárquicas, pelas circunstâncias em que acontecem, devem ser objecto de uma estratégia nacional cujo desenho caberá naturalmente à direcção nacional do partido, naturalmente em articulação com as estruturas locais. Tal como aconteceu no início da década de 90, quando o secretário-geral de então, Jorge Sampaio, se candidatou à Câmara de Lisboa, também desta vez as autárquicas terão um considerável interesse político "per si", mas também valor estratégico para o posicionamento para as eleições que se lhe seguem. Por tudo isso, não tenhamos ilusões, se não nos entendermos com as forças à nossa esquerda para as eleições autárquicas, nomeadamente de Lisboa, não só não as ganharemos, como de seguida não podemos esperar apoios para derrotar a candidatura do professor Cavaco Silva às presidenciais.

E se acham que as coisas, tal como estão, já andam mal, imaginem o País com o prof. Cavaco em Belém!



JOSÉ ROMANO

Tal como aconteceu no início da década de 90, quando o secretário-geral de então, Jorge Sampaio, se candidatou à Câmara de Lisboa, também desta vez as autárquicas terão um considerável interesse político "per si", mas também valor estratégico para o posicionamento para as eleições que se lhe seguem.



Por uma Constituição Europeia

Perspectivas Financeiras - 2007/2013

27 de Fevereiro - 17.30h

Representação da Comissão Europeia
(Largo Jean Monnet, nº 1 - 10º andar)

INTERVENÇÕES:

Eng.º João Cravinho
Deputado do PS

Dr. Francisco Louçã
Deputado do BE

Dr. Manuel Porto
Deputado do PSD

MODERADOR:
Dr. Nicolau Santos
Economista/Jornalista

Entrada Livre

Nova edição já disponível



INFORMAR PARTIDARIAMENTE

Debates **SOCIALISTAS**

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



O LIVRO

Saber Escrever Saber Falar. Um guia completo para usar correctamente a língua portuguesa

Edite Estrela, Maria Almira Soares e Maria José Leitão
Publicações Dom Quixote
Lisboa 2004

LER – SABER ESCREVER SABER FALAR

LUIZ FAGUNDES DUARTE

Antonio de Nebrija confessava no prólogo à sua *Gramática de la lengua castellana* (1492) – a mais antiga gramática de uma língua românica –, dedicada à Rainha Isabel, a Católica, que, de todas as vezes que meditava sobre as memórias antigas que só se não tinham perdido porque um dia alguém as passara à escrita, chegava sempre à mesma conclusão: “que a língua foi sempre a companheira do Império”. Esta ideia de que a língua é um instrumento político fundamental – e “político” no sentido mais nobre, etimológico, que significa “cívico” –, perpassa por todos os gramáticos das línguas modernas, que nessa matéria nada de novo inventaram relativamente àquilo que os Romanos já haviam feito dois mil anos antes: em complemento das armas, da disciplina, das leis e da organização do território, foi a língua uma arma fundamental para a estruturação do Império Romano. E os nossos homens do período clássico também o entenderam, com mais ou menos proveito: entre outros autores menos conhecidos, Fernão de Oliveira (em 1536) e João de Barros (em 1540) publicaram as suas Gramáticas do Português, e Duarte Nunes de Leão (1576) a sua Ortografia da Língua Portuguesa. Eles também achavam que, para além das armas e das navegações, a Língua era um instrumento de conquista e de afirmação, que era preciso saber dominar.

Modernamente, foi com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), de Celso Cunha e Lindley Cintra, e ainda mais recentemente, com a nova edição da *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), dirigida por Maria Helena Mira Mateus, que os falantes do Português tiveram finalmente direito a verdadeiras gramáticas da nossa língua – ou seja, a instrumentos descritivos e de análise de alguns aspectos estruturantes da Língua, como sejam a fonética, a sintaxe, a morfologia ou a fonologia. Mas estas obras, de grande alcance científico, não são, nem nunca pretenderiam sê-lo, acessíveis à generalidade dos que delas afinal mais necessitam, ou seja, aos falantes não diferenciados e aos estudantes dos ensinos básico e secundário; como também não são, sobretudo a segunda, gramáticas normativas, na medida em que não se destinam a regular o bom uso, ou o uso correcto, da Língua.

É este, no entanto, o objectivo do novo *Saber Escrever Saber Falar. Um guia completo para usar correctamente a língua portuguesa* (2004), da autoria de Edite Estrela, Maria Almira Soares e Maria José Leitão – e é, convenhamos, um meritório objectivo: aproveitando a já muito vasta investigação sobre os mais variados aspectos da Língua Portuguesa e do seu uso (de que encontramos uma significativa amostra na bibliografia), as autoras, de certo modo em continuação

de uma obra de reflexão e divulgação do Português que Edite Estrela vem publicando de há vários anos a esta parte, fornecem-nos aqui uma síntese do que de fundamental se deve saber – e sobretudo “saber usar” – em matéria de ortografia, de morfologia, de sintaxe, de léxico, de fonética e de prosódia, mas também em matérias menos tradicionais, mas que contribuem para tornar esta obra em algo de muito útil e actual, como são a qualidade linguística e os modos de representação gráfica. O que nunca será por de mais louvável num mundo dominado por sistemas de comunicação afogados em abreviaturas, siglas, gírias ou terminologias técnicas que são, na sua maior parte, de origens, usos ou significados desconhecidos, e por isso sempre problemáticos, para a maior parte dos falantes.

Um índice remissivo de palavras, expressões e assuntos, combinado com listas de palavras difíceis de pronunciar (ou de escrever), completam esta obra que passa a ser, também por causa da sua clareza expositiva e da sua facilidade de manuseamento, uma obra necessária: com ela, o Português não fica mais rico, porque não precisa; mas nós, os cidadãos vulgares, ficaremos sem dúvida muito mais enriquecidos – pois que saber escrever e saber falar não são, infelizmente, das coisas que mais abundam cá pelas nossas bandas... E ler.

O DESGOVERNO DA POLÍTICA DE AMBIENTE

De facto, ao fim de quase dois anos de Governo, é patente que a gravíssima desvalorização da política de ambiente nas prioridades do Governo e o enfraquecimento manifesto do Ministério do Ambiente não são apenas fruto de completa falta de “vocaçao” para a pasta dos dois ministros escolhidos por Durão Barroso – Isaltino Moraes, primeiro, e Amílcar Theias, agora.



PEDRO SILVA PEREIRA

Deputado do PS e ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e de Conservação da Natureza

Não tinha ainda completado três meses no exercício de funções e já o actual ministro do Ambiente, Amílcar Theias, era referido na Comunicação Social como “o eterno remodelável”. Um recorde absoluto, sem dúvida! Não há análise ou comentário político sobre o Governo que não o coloque na lista dos remodeláveis, podendo considerar-se consensual o entendimento de que a sua nomeação configurou um clamoroso erro de “casting” do primeiro-ministro, Durão Barroso. Tudo isto é, obviamente, verdade. Mas não é toda a verdade.

De facto, ao fim de quase dois anos de Governo, é patente que a gravíssima desvalorização da política de ambiente

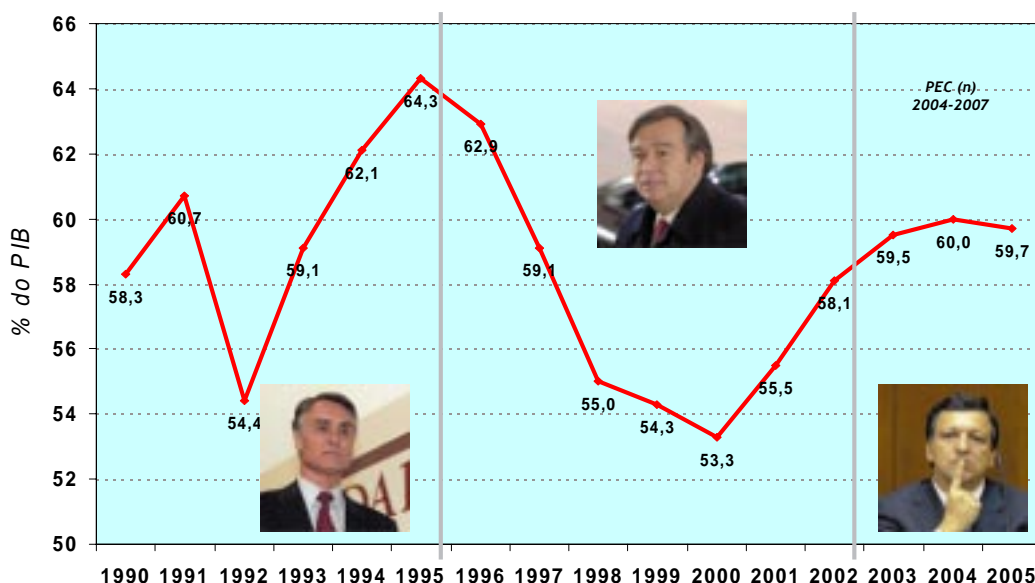
nas prioridades do Governo e o enfraquecimento manifesto do Ministério do Ambiente não são apenas fruto de completa falta de “vocaçao” para a pasta dos dois ministros escolhidos por Durão Barroso – Isaltino Moraes, primeiro, e Amílcar Theias, agora. Aliás, o povo diz, com sabedoria, que se à primeira todos caem, à segunda cai quem quer. Ora, tenho para mim como certo que a focalização obsessiva do Governo nas questões económico-financeiras fez da política de ambiente e de ordenamento do território uma das suas vítimas. É por isso que o primeiro-ministro não teve “azar” nas escolhas que fez. Pelo contrário, ele é politicamente responsável por uma orientação política do Governo que provocou uma verdadeira “recessão” também na política de ambiente, assim arrastada para a menorização e a paralisação.

As consequências estão à vista, em praticamente todas as áreas de intervenção do Ministério: nos resíduos industriais perigosos, a co-incineração permanece sem alternativa operacional; nos resíduos urbanos, temos uma verdadeira tralha nos avanços e recuos quanto à nova incineradora na Região Centro; na política da água, o atraso da nova lei da água, com o incumprimento da Directiva-Quadro da Água, a par do desnorte absoluto quanto à reestruturação do sector empresarial da água e saneamento, depois das irresponsáveis promessas de privatização; na conservação da natureza, um ciclo de desinvestimento e cedências às pressões dos interesses imobiliários; nas alterações climáticas, o adiamento sucessivo de medidas concretas de execução do Plano Nacional e um ministro que explica que Quioto não é para cumprir por não ter sido ratificado pela Rússia; nas cidades, o estrangulamento escandaloso do Polis e o fracasso do dia sem carros. E isto já para não falar nas múltiplas cedências face aos interesses económicos: do novo regime de licenciamento industrial, ao novo regime de licenciamento de empreendimentos turísticos; do adiamento do regime jurídico das pedreiras à eliminação das regras ambientais sobre o ruído nos aeroportos...

A resposta do PS a este estado de coisas só pode ser a denúncia pública deste retrocesso histórico e o combate político por uma alternativa: o reforço da política de ambiente e de ordenamento do território, bem no centro da política de desenvolvimento do País. É um combate para que devemos partir com a consciência do muito trabalho desenvolvido pelos Governos do PS neste domínio, como a história da política de ambiente em Portugal há-de registar. Pelo andar da carruagem, essa alternativa tem necessariamente de incluir o reforço do Ministério do Ambiente e o retomar do dinamismo das políticas destruídas neste dois anos pelo desleixo e pela irresponsabilidade do actual Governo. Mas temos também de preparar o lançamento de novas políticas e metas ambientais para o futuro. É para a construção dessa ambiciosa alternativa que todos estamos convocados.

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

DÍVIDA PÚBLICA – PORTUGAL (1990 – 2005)



Fonte: Anexo Estatístico das Previsões de Outono – 2003; Comissão Europeia; Portugal (2002-2005) Programa de Estabilidade e Crescimento 2004-2007

A verdade é como o azeite: acaba sempre por vir ao de cima. Um dos critérios básicos para a União Monetária é que o peso da dívida pública no PIB não ultrapasse os 60 por cento. Ora vejam os leitores como tem andado a dívida portuguesa, consoante os governos: com Cavaco, dívida a crescer, até ao máximo de 64 por cento; com Guterres ao leme (e Sousa Franco nas Finanças), a dívida a descer; com Durão Barroso-Ferreira Leite, a dívida quase, quase a ultrapassar o tecto dos 60 por cento.

Nota: Repetimos este gráfico devido ao facto de na anterior edição não ter ficado completamente perceptível a sua leitura em virtude de uma falha técnica

SUGESTÕES

por ISABEL MARGARIDA DUARTE

PORQUE VALE A PENA LER O ÚLTIMO ROMANCE DE MÁRIO DE CARVALHO



"Num país com nove séculos de história, é um exagero dizer que nunca esteve tão mal. Mas posso dizer que, em minha vida, nunca senti isto tão apodrecido. E magoa-me profundamente."

(entrevista ao *Expresso*, 22/11/04)

O último romance de Mário de Carvalho é uma espécie de parábola, ou conjunto delas, sobre o país, sobre o que se sente de "avacalhante, ajavardante" nos tempos que correm. É uma narrativa que pode parecer, talvez, um pouco descosida, cujo enredo tem, porventura, pouco que contar (estamos perante uma "fantasia" em que, portanto, tudo é possível), mas reveladora de inteligência extrema na forma de apanhar os tiques piores dos portugueses de hoje: o estacionamento em segunda fila, as casas vistasas e parolas, o lado pimba das festas populares, a tagarelice, o uso incontrolado do telemóvel, as claques que arrasam áreas de serviço nas autoestradas. Sublinho, sobretudo, a captação estilizada mas de grande efeito realista da fala, dos discursos que nos abafam e neste romance se entrecruzam com uma ironia e uma finura ímpares. "Quis falar do país. O grande tema deste livro, que se distribui pelos coronéis, pelas mulheres dos coronéis, e por aquele excelente rapaz que se chama Emanuel Elói – [...] –, é a situação em que nos encontramos." (*Expresso*, 22/11/03).

O modo como a narrativa de Mário de Carvalho dá conta do país que é o nosso é, simultaneamente cómica, já que há várias passagens verdadeiramente antológicas de paródia pura (a telenovela cuja cena é transcrita, sem nenhum aviso prévio ao leitor, para dentro do romance é o paradigma do ambiente mediático degradado que o país vive e que o autor critica na entrevista citada) tem, simultaneamente, um sabor muito amargo, muito cruel quase. Tirando a simpática personagem de Emanuel Elói, todas as outras nos aparecem como ridículas, ou reles. Quer pelo que fazem, quer, sobretudo, pelo que dizem e pelo modo como o dizem. Daí a atenção finíssima do autor aos diferentes falares que nos submergem, dado que o país é vítima,

segundo o narrador, do excesso de falatório, de uma torrencial tagarelice: a rábula ao uso exagerado dos telemóveis é de um humor certo, mas humor magoado. Neste romance, que é uma fantasia, a atenção à fala pode ver-se em diferentes sinais: por exemplo, nos textos de outros permanentemente citados, mais ou menos explicitamente (desde cantigas tradicionais, até clássicos; e sobre estas constantes referências a outros textos, diz, ironicamente, um dos coronéis: "– Há gajos que se fartam de fazer citações encapotadas só para ver se a malta dá por isso!"). Há diversos discursos que atravessam o romance e também o constituem: temos um guião, o guião de Neusa, Tiago e Nelson, curiosamente relatado no presente, e precedido do típico "– Então é assim. ...". (p.163); o verbete do dicionário de José Pedro Machado, na p.187; o episódio da telenovela que só depois se percebe que é "transcrição" da televisão (pp. 137-139); as histórias contadas dentro da história, como a do soldado alentejano; a notícia sobre Emanuel nos periódicos (p.210). Muitos traços da narrativa contemporânea são particularmente bem explorados por Mário de Carvalho. Na p.82, diz-se: "Tenho luzes suficientes para saber que as palavras num texto se contaminam umas às outras [...]". As reflexões sobre os privilégios do autor da narrativa são variadas, como na p.88. Interessantes, igualmente, são os pensamentos atribuídos a Emanuel, sobre as palavras e o uso que delas fazemos (p.155).

A forma de tratar a narrativa recorda-nos, por vezes, Fernão Lopes (explicitamente referido na p. 164): "deixemos estes três a discutir como estavam e vamos ver o que algum tempo antes dizia o tio de Emanuel dentro do decrépito mas simpático *Renault*".

Esta narrativa em jeito de parábola, ou de fábula (há um melro e uma coruja que travam interessantes diálogos), é o país que está na berlinda, no seu pior. Porque, interrogado sobre o lugar da literatura, Mário de Carvalho responde ao *Expresso*. "Olhe, penso que é um lugar de resistência [...]. É uma resistência civilizacional, porque é a civilização que está em jogo".

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o